

Shawn Xu, CEO da Omoda & Jaecoo, conta quais são os planos da marca para o Brasil



As regras do Desenrola 2.0 e o anúncio da próxima etapa do programa



GameStop, rede de videogames, faz proposta bilionária pelo eBay



ISTO É Dinheiro

Edição 31 - 8/5/26

CANNABIS S.A.

Como a produção de medicamentos derivados da maconha pode originar uma cadeia produtiva capaz de movimentar R\$ 10 bilhões



Capa

Página

9



ZAVGORODNIY_D COM/IA

Marco regulatório da cannabis abre caminho para cadeia produtiva bilionária

Expediente

ISTOÉ
publicações

ISTOÉ PUBLICAÇÕES LTDA.

CEO E DIRETOR EDITORIAL
Daniel Hessel Teich

ISTOÉ
Dinheiro

EDITORA
Érica Polo

DIRETOR DE ARTE
Alexandre Akermann

DESIGNER
Mayara Novais

DIRETOR COMERCIAL
Edgardo A. Zabala

www.istoedinheiro.com.br

Instagram
[instagram.com/istoe_dinheiro/](https://www.instagram.com/istoe_dinheiro/)

YouTube
[m.youtube.com/@istoe_dinheiro](https://www.youtube.com/@istoe_dinheiro)

X
x.com/istoe_dinheiro

Facebook
[facebook.com/istoedinheiro](https://www.facebook.com/istoedinheiro)

TikTok
[tiktok.com/@revistaistoe](https://www.tiktok.com/@revistaistoe)

LinkedIn
[linkedin.com/company/istoe-dinheiro/](https://www.linkedin.com/company/istoe-dinheiro/)

Redação e correspondência
Rua Iguatemi, 192, 18º andar, Itaim Bibi,
São Paulo, SP, CEP 01451-010

ISTOÉ DINHEIRO é uma publicação semanal de ISTOÉ PUBLICAÇÕES LTDA., empresa detentora das marcas ISTOÉ e coligadas, tanto em plataformas digitais como meios impressos. A empresa não tem qualquer vinculação editorial e societária com a EDITORA TRÊS COMÉRCIO DE PUBLICAÇÕES LTDA. (em liquidação judicial)

Índice

CAPA: MONTAGEM COM FOTOS DE MAGNIFIC, REPRODUÇÃO/FACEBOOK E BRANDON BELL/AFP

3 ENTREVISTA

6 ECONOMIA

9 BRASIL

14 INTERNACIONAL

17 NÚMEROS DA SEMANA

18 FINANÇAS

20 EMPRESAS

29 MEIO AMBIENTE

31 RURAL

37 O MELHOR DAS REDES

38 PALAVRA POR PALAVRA

39 COLUNA



WASHINGTON COSTA

Governo anuncia regras do Desenrola 2.0



DIVULGAÇÃO

Nasce a Sadia Halal, com valor de US\$ 2 bi



MAGNIFIC

Mistura de etanol à gasolina vai aumentar

'Ter fábrica no Brasil é obrigatório'

Shawn Xu, CEO global da chinesa Omoda & Jaecoo, ainda não confirma se a aguardada unidade brasileira será no Rio de Janeiro. Mas dá pistas sobre os primeiros modelos fabricados a partir de 2027

"O Omoda 5 está indo muito bem e o Jaecoo 5 chamou muita atenção no Brasil. Este [segundo] é um carro com design estilo Range Rover, é compacto e tem boas características, como ser pet friendly"



DIVULGAÇÃO

Shawn Xu foi presidente da Chery do Brasil por três anos e meio. Agora, ocupa a principal cadeira da Omoda & Jaecoo, como CEO global. Em uma entrevista para a Motor Show e IstoÉ Dinheiro, além de um restrito grupo de jornalistas brasileiros na chinesa Wuhu, onde fica a sede da Chery Automobile, dona da marca, o executivo falou sobre os planos para o Brasil. Por ora, Xu ainda não confirmou se o local da operação da fábrica de sua parceira na China, a Jaguar Land Rover — de quem acaba de adquirir a marca Freelander —, será em Itatiaia, no Rio de Janeiro.

A unidade está subutilizada há anos e deve ser o destino da produção nacional da Omoda & Jaecoo. Poderia também abrigar a Lepas, outra marca confirmada para o mercado brasileiro (e, por que não?, talvez a própria Freelander). Apesar de não confirmar a localização da fábrica brasileira, e nem a eventu-

al presença de outras marcas do grupo na linha de produção, ele revelou que a produção no Brasil começa no início de 2027. O mercado brasileiro é "grande e difícil", mas para a marca ter uma fábrica aqui é "obrigatório". Ademais, a unidade também servirá de hub de exportação para o mercado argentino.

Em meio à conversa, o executivo indicou, ainda, que vai priorizar os modelos HEV e PHEV, ou seja, que têm motor a combustão e baterias (embora funcionem de forma distinta). Omoda 5 e Jaecoo 5 devem ser as prioridades de fabricação local. Xu destacou que, como o Omoda 5 está indo muito bem, a produção deve se iniciar justamente com o modelo, somado ao Jaecoo 5. Este segundo une características de ter um estilo Land Rover e ser "pet-friendly" (Xu destaca que muitos brasileiros não querem filhos, e gostam de cachorros). Confira:

Flávio Silveira, De Wuhu

Sobre os rumores da Omoda & Jaecoo assumir a fábrica da Land Rover, no Rio de Janeiro, o sr. pode dizer se as conversas ocorrem e qual será o primeiro modelo?

Eu entendo bem as necessidades do mercado brasileiro, pois trabalhei nele por três anos e meio. É um mercado grande e difícil, por causa do trabalho de engenharia para adaptação dos carros serem flex e para fazer uma fábrica. E consideramos que ter uma unidade produtiva no Brasil é obrigatório. Quando pensamos na Omoda Jaecoo no Brasil, estudamos diferentes opções: construída por nós ou comprada. Consideramos todas as opções, incluindo a que você mencionou. Escolhemos uma, e não posso dizer exatamente agora por questões de confidencialidade, mas vai acontecer em breve. Quando finalizado o acordo, avisarei a vocês primeiro.

O Omoda 4 será o modelo de entrada da marca. Globalmente, ele terá versões elétricas, híbridas e a combustão, mas cada mercado tem especificidades. Como o senhor enxerga qual seria o produto correto para o Brasil?

O Omoda 5, já comercializado no Brasil, está vendendo bem, e pode chegar a duas mil unidades neste mês. Pode ser o modelo número um entre os HEV. Esse é um SUV compacto, como os brasileiros gostam. Ele tem uma personalidade única, ao vê-lo todos sabem que é da Omoda. Nós chamamos o HEV de super-híbrido porque, em muitos híbridos, o consumo é bom, mas falta potência em altas velocidades. Acima de 100 km/h, o motor fica barulhento. E os jovens querem potência. Eles querem chegar antes dos outros, querem baixo consumo e potência. Precisamos de ambos e queremos dar a melhor experiência para o público ao volante. Por isso as pessoas gostam dos HEVs. Mas nosso BEV [modelos a bateria] também é muito potente e está vendendo muito bem em mercados como Tailândia, Indonésia e na Europa, no Reino Unido. Então também podemos ter um elétrico para o Brasil, pois há uma grande demanda. [vale lembrar que o Omoda 4 foi lançado no Salão de Pequim há poucos dias]

O Jaecoo 5 tem gerado muito interesse no Brasil. Ele seria uma opção mais interessante para começar a produção local, já que o preço é mais alto e entrega maior margem de lucro?

Assim que a nossa fábrica estiver disponível, vamos considerar os produtos de alto volume, eles serão nossa primeira prioridade para fabricação nacional. Isso inclui o Omoda 5 e o Jaecoo 5. O Jaecoo 5 chamou muita atenção no Brasil, e em outros mercados, onde já é um grande sucesso, e acredito que também gostarão muito dele no mercado brasileiro. Ele é um carro com design estilo Range Rover, é compacto e tem boas características, como ser pet friendly. Eu morei no Brasil por mais de três anos e sei que muitas pessoas não precisam de filhos, só de pets. Por isso criamos um SUV que tem essa conexão melhor com os clientes.



DIVULGAÇÃO

O mercado brasileiro está acostumado a motores pequenos, 1.0 flex, tecnologias não tão avançadas quanto os HEV ou PHEV. A Omoda Jaecoo é uma empresa high-tech no Brasil. Podemos dizer que os produtos da Omoda Jaecoo sempre terão eletrificação no Brasil e veremos produtos 1.0 flex eletrificados?

Os híbridos e elétricos são o primeiro passo. O motor é importante, mas não é tudo. Vamos lançar motor a combustão no futuro próximo se os jovens gostarem, mas agora o híbrido, HEV e PHEV, é nosso foco. Temos motor especial, transmissão e bateria especiais para os híbridos. Não se trata de uma adaptação do motor tradicional para virar híbrido. Mesmo que no futuro tenhamos motor a combustão, os híbridos serão essenciais em nosso portfólio. Sobre o motor 1.0 TGDI, nós temos esse motor na Chery, mas vamos comparar o que é mais econômico para o mercado brasileiro e ver a resposta local. Temos muitas opções, e veremos o que vamos escolher para os consumidores.

Quais características vocês consideram mais importantes para uma cidade sediar a fábrica e quando a decisão será tomada?

A Chery tem 24 fábricas no exterior. Temos fábricas em muitos mercados, incluindo o Brasil. Não é um problema fazê-las, é apenas um caminho; quando o mercado precisa, nós construímos. E rápido. Quando o mercado precisa, construímos uma fábrica em poucos meses. Somos rápidos. Não posso falar ainda, assinamos contrato de confidencialidade, mas ela estará pronta muito em breve. Falaremos muito em breve sobre nossa decisão [relacionada ao Brasil]. Esperamos começar a produção no começo do ano que vem, então estamos nos apressando. É questão de sobrevivência. Normalmente leva-se dois anos para fazer uma unidade, mas queremos finalizar este ano e começar a produção no início do ano que vem. Estamos vendendo bem e queremos crescer.

Quais características vocês consideram mais importantes para

uma cidade sediar a fábrica e quando a decisão será tomada?

A Chery tem 24 fábricas no exterior. Temos fábricas em muitos mercados, incluindo o Brasil. Não é um problema fazê-las, é apenas um caminho; quando o mercado precisa, nós construímos. E rápido. Quando o mercado precisa, construímos uma fábrica em poucos meses. Somos rápidos. Não posso falar ainda, assinamos contrato de confidencialidade, mas ela estará pronta muito em breve. Falaremos muito em breve sobre nossa decisão [relacionada ao Brasil]. Esperamos começar a produção no começo do ano que vem, então estamos nos apressando. É questão de sobrevivência. Normalmente leva-se dois anos para fazer uma unidade, mas queremos finalizar este ano e começar a produção no início do ano que vem. Estamos vendendo bem e queremos crescer.

Vocês pretendem entrar em outros segmentos no Brasil?

Já debatemos isso. Somos muito jovens. Três anos de China e um ano de Brasil. Para Omoda, teremos crossovers. Na Jaecoo, SUVs com pegada off-road. Hoje, é isso. Se no futuro o cliente precisar de algo diferente, podemos considerar, mas não agora. Provavelmente nos próximos dois anos não consideraremos outros segmentos até termos uma base sólida.

Quais são os planos para a América do Norte [Estados Unidos e Canadá]?

Eu acabo de vir da cerimônia de assinatura do acordo com o Canadá. Então, sim, teremos uma subsidiária naquele país ainda neste ano.

Em quantos países a Omoda Jaecoo quer estar presente até o fim de 2026?

Hoje temos 69 mercados em operação. Diferente da Chery, que usa muitos distribuidores, a Omoda & Jaecoo opera com subsidiárias próprias em grandes países, como Brasil, Austrália e Tailândia, Malásia... e também na Europa, na Espanha, na Itália, etc. Estamos crescendo rápido. Queremos chegar a cerca de cem mercados até o fim do ano que vem. Algumas subsidiárias chegarão em breve, como Alemanha e Argentina.



DIVULGAÇÃO

Sobre os modelos menores, como o Omoda 2 e o Jaecoo 3, quais são as possibilidades de chegarem ao Brasil, e com quais motores?

O Omoda 2 já estamos analisando com nossos parceiros [os concessionários viram estes dias]. A mídia ainda não verá porque está em um estágio inicial. Ele tem cerca de 4,2 metros. O Omoda 5 tem 4,5 metros e, o Omoda 4, tem 4,4 metros. Teremos versões elétricas (BEV), híbridas (HEV) e também a combustão. É um carro pequeno que cabe bem no mercado brasileiro. Teremos mais detalhes sobre ele em aproximadamente seis meses, e vocês poderão nos dizer se os brasileiros gostarão.

A fábrica brasileira será um hub de exportação para a Argentina?

Eu é que deveria dizer isso. Então a resposta é sim. Por isso preciso de uma fábrica nossa [localmente].

O Brasil é um país continental, mas tem poucos carregadores. Qual é o carro ideal para o Brasil, HEV ou

PHEV? E vocês vão investir em estrutura de carregadores?

Vocês são quase tão grandes quanto a China, mas com menor população. E podem viver em grande parte dele. Eu morei perto de São Paulo. Em termos de infraestrutura, em cidades pequenas pode-se carregar o carro em casa. Não dá para comparar [os dois países nesse aspecto]: a China tem carregadores em qualquer lugar, mas no Brasil até dá para carregar bem [o veículo] em casa ou na rua. Não planejamos investir em carregamento, não podemos comprar terras para fazer estações. Nosso negócio é automotivo. Mas as vendas de BEV vão bem, e o governo deve cuidar disso para as pessoas carregarem em casa. Além disso, os HEVs vão bem, e nossos PHEVs não precisam ser carregados. Eles estão uma geração à frente, e por isso não chamamos nossos carros de PHEV, mas de super-híbridos. Nos PHEVs convencionais a bateria 'morre' e o consumo [de combustível] fica pior do que em um carro a combustão, já que a bateria é pesada. Nos nossos super-híbridos, pode-se andar sem carregar o carro. **D**

*Programa atende famílias,
estudantes, empresas e
produtores rurais*

YURI ARCOURS/MAGNIFIC

Um retrato do Desenrola 2.0

Nova versão do programa do governo federal é política pública que visa reativar a liquidez e limpar cicatrizes de juros altos e inflação persistente – e, de quebra, serve como cartada do Planalto de olho na corrida eleitoral

O lançamento do novo Desenrola Brasil, batizado pelo mercado e pelo próprio Executivo federal como Desenrola 2.0, marca uma etapa ambiciosa e abrangente do esforço governamental para sanear as finanças do país. É, ainda, uma peça estratégica importante do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para buscar a reeleição no pleito de outubro de 2026. Diferentemente da edição do programa em 2023, o qual focou prioritariamente dívidas de consumo da população de baixa renda, a versão atual expande o seu raio de alcance para transformar-se em uma plataforma de recuperação de crédito multissetorial.

O programa não é visto por agentes do mercado apenas como um mutirão de descontos, mas uma política pública de reativação de liquidez que tenta limpar as cicatrizes deixadas pelos últimos anos de juros altos e inflação persistente. Desta vez, famílias, estudantes, microempresas e produtores rurais encontram janelas de oportunidade específicas para limpar seus nomes e retornar ao circuito econômico, em um movimento que tenta evitar o estrangulamento da atividade produtiva pelo endividamento sistêmico.

A estrutura do novo Desenrola entrou em vigor nesta semana e é dividida em pilares estratégicos. Para famílias,

estudantes e empresas, o cronograma de adesão é célere, com duração prevista de 90 dias. Já para o setor agrícola, o governo optou por um fôlego maior, estendendo o prazo até 20 de dezembro de 2026. A diferenciação temporal reflete a complexidade das safras e do fluxo de caixa do campo, evidenciando uma adaptação técnica às necessidades de cada categoria.

No braço voltado às famílias, o Desenrola Família atenderá às pessoas com renda de até cinco salários mínimos (R\$ 8.105) que possuem débitos contratados até 31 de janeiro de 2026. A regra exige que a dívida esteja atrasada há pelo menos 90 dias e, no máximo,



Itaú e Bradesco estão entre os bancos privados que aderiram

dois anos, abrangendo cartões de crédito, cheque especial e crédito pessoal. Um ponto de atenção rigorosa nesta edição é a contrapartida social e de proteção financeira: as famílias que aderirem terão os seus CPFs bloqueados em casas de apostas por doze meses, uma medida de vigilância que visa impedir que o recurso renegociado seja desviado para o mercado de jogos de azar.

A engenharia financeira das renegociações familiares é agressiva. Ao acionarem diretamente os bancos participantes, os interessados podem obter descontos que variam de 30% a 90%, conforme Lula antecipou no pronunciamento que fez na véspera de 1º de maio. O escalonamento é proporcional ao tempo de inadimplência. Dívidas no cartão de crédito ou cheque especial que estejam atrasadas entre um e 120 dias recebem 40% de abatimento. Já aquelas que superam um ano de atraso chegam ao teto de 90% de desconto.

No crédito pessoal sem garantia, o desconto máximo atinge 80%. Para facilitar o pagamento, a taxa de juros foi limitada a 1,99% ao mês, com possibilidade de parcelamento em até 48 prestações e carência de 35 dias para o início dos pagamentos. Além disso, as instituições financeiras se comprometeram a retirar do cadastro de inadimplentes pessoas com dívidas de até R\$ 100, uma prática herdada da primeira versão do programa.

Uma inovação relevante é a integração com o FGTS. O Desenrola 2.0 permite que o trabalhador utilize até 20% do saldo de sua conta vinculada ou o valor

Bancões aderiram

Anunciado na segunda-feira, 4, o Desenrola 2.0 deu início de fato às operações no dia seguinte. Depois de um mês de abril de seguidas negociações com os bancos, capitaneadas pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, o governo conseguiu adesão imediata das principais instituições financeiras. Gigantes como o Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, Itaú, Santander e Nubank confirmaram participação, sinalizando o peso do projeto no setor bancário. Embora a adesão ao Novo Desenrola Brasil seja opcional, todas as instituições de crédito autorizadas pelo Banco Central estão tecnicamente aptas a oferecer os novos contratos de repactuação aos seus clientes.

O ministério da Fazenda confirmou que a infraestrutura do Fundo Garantidor de Operações (FGO), pilar central para o registro das transações, foi liberada. Em nota oficial divulgada nesta semana, a Febraban, federação que representa o setor bancário, destacou que o sistema financeiro já começou a processar os pedidos, embora a execução plena deva ocorrer de forma gradual devido à dimensão e à complexidade operacional da iniciativa.

O movimento das instituições reforça o esforço coordenado para dar celeridade ao processo de recuperação de crédito, permitindo que os clientes acessem as novas condições de pagamento assim que os sistemas internos de cada banco forem totalmente integrados à plataforma governamental.

de R\$ 1 mil — o que for maior — para abater ou quitar integralmente o saldo renegociado, respeitando um limite global de resgates de R\$ 8,2 bilhões. Somam-se a isso novas regras para o crédito consignado. O governo reduziu o limite total de comprometimento da renda de aposentados e servidores com empréstimos. A fatia saiu de 45% para 40%, como uma estratégia de redução gradual até atingir 30%. O objetivo é combater o superendividamento causado pelo uso excessivo de cartões de benefícios e de crédito consignado, ampliando prazos de operação para até 120 meses.

Para o segmento educacional, o Desenrola Fies foca em reverter a alta taxa de inadimplência que historicamente assombra o fundo estudantil. Estudantes com débitos vencidos entre 90 e 360 dias contam com isenção total de juros e multas. Para casos mais severos, com atrasos superiores a um ano, o programa oferece descontos de até 77% para o público geral e de até 99% para inscritos no CadÚnico. É uma tentativa de reintegrar jovens profissionais ao mercado de consumo, desonerando o início de suas carreiras.

O setor empresarial também é foco de Lula. Por meio do ProCred e do Pronampe, o governo federal mira mais de dois milhões de micro e pequenas empresas endividadadas. As condições foram flexibilizadas: a carência dobrou de 12 para 24 meses, e o prazo total das operações subiu para 96 meses. Além disso, o teto de crédito foi elevado, chegando a R\$ 180 mil para microempresas e R\$ 500 mil para pequenas empresas. Há ainda um incentivo à liderança femini-



*Durigan:
Desenrola terá
mais etapas, mas
é uma medida
pontual*

na, com limites de faturamento financeiros maiores para negócios geridos por mulheres.

Por fim, o Desenrola Rural busca consolidar o que foi iniciado em 2023. Na primeira fase do programa, cerca de 507 mil produtores conseguiram regularizar suas situações. Agora, a expectativa é alcançar outros 800 mil agriculto-

res familiares, quilombolas e indígenas, totalizando 1,3 milhão de beneficiários. O modelo replica o anterior oferecendo descontos de até 90% para dívidas ligadas ao Pronaf e ao Crédito Fundiário, muitas vezes contraídas com a União ou com o Incra. Ao reabrir esse prazo até o fim de 2026, o governo acena diretamente ao agronegócio de base familiar,

setor estratégico para a segurança alimentar e que frequentemente sofre com a volatilidade climática e de preços.

O sucesso do Desenrola 2.0 depende da adesão das instituições financeiras, embora o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os bancos públicos já atuem como pilares da operação. **D**

Próximo foco: trabalhadores informais

Já na quarta-feira pós lançamento do novo Desenrola, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, anunciou que o governo federal prepara uma extensão do programa. Ele detalhou que a próxima etapa, prevista para o final de maio, focará em dois perfis específicos: os pagadores adimplentes que sofrem com juros elevados e, principalmente, os trabalhadores informais. Durigan afirma que o informal é hoje o cidadão mais penalizado pelas taxas de mercado, e a Fazenda estuda uma linha de crédito dedicada a esse nicho para encerrar o ciclo de reestruturação financeira iniciado no pós-pandemia.

O governo enfatizou, ao longo da semana, que o programa não deve ser interpretado como um incentivo à inadimplência. Durigan foi categórico ao afirmar que a política pública é uma medida excepcional e não se repetirá, reforçando o caráter emergencial da

mobilização de 90 dias para a renegociação. A estratégia visa atacar diretamente o spread bancário — a diferença entre o custo de captação do banco e o que é cobrado do cliente —, uma vez que o setor financeiro aponta o risco de calote como o principal componente dos juros altos.

Ao reduzir esse fator, o governo espera uma queda estrutural nas taxas. Sobre as dificuldades operacionais registradas por quem tentou aderir ao Desenrola no início da semana, o ministro chamou de 'ruídos' tecnológicos e regulatórios — os quais foram solucionados. Ele garantiu, ademais, que todas as instituições financeiras habilitadas já estão operando plenamente o sistema de concessão de descontos e novos prazos.

Recentemente, economistas consultados pela IstoÉ Dinheiro reforçaram que o impacto desse tipo de programa costuma ser pontual, sem trazer mudança

para o cenário de estrutural. Um estudo da consultoria econômica MB Associados aplicou quatro modelos econométricos distintos para tentar entender quais foram os efeitos da primeira versão do Desenrola. O levantamento sugeriu que o programa teve efeito pontual de carteira, sem alterar os determinantes estruturais de endividamento — como nível de juros, comprometimento da renda e acesso ao crédito rotativo de alto custo.

A avaliação é que o Desenrola 1.0 produziu uma redução estatisticamente significativa e economicamente relevante na inadimplência das famílias de baixa renda. Só que o efeito foi temporário e se dissipou em 18 meses após o lançamento. Ou seja, a inadimplência voltou e inclusive superou os níveis pré-programa. Não à toa a deterioração observada em 2025 e no início de 2026 reforça a interpretação, destacou o estudo.

A vez da cannabis

Marco regulatório para o cultivo da planta abre caminho para a estruturação de uma cadeia produtiva capaz de gerar R\$ 10 bilhões em negócios



ZAVGORODNIY_D.COM/IA

A planta é eficaz em tratamentos distintos, como para esclerose, epilepsia e dores crônicas

Ana Carolina Nunes

A estruturação de um polo produtivo de cannabis medicinal deverá ganhar força no país, e vai conectar a indústria farmacêutica ao agronegócio de alta tecnologia. Depois que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu o direito de uso do produto em 2024 (com baixo teor de THC, o princípio ativo da cannabis) para fins médicos, empreendedores de diferentes perfis vislumbraram o potencial de um novo setor da economia no campo da saúde – e muitos já deram passos iniciais para pavimentar negócios que pudessem atender à população. O Brasil veio desativando regras aos poucos. Antes mes-

mo do sinal verde da Corte, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) havia autorizado a importação, para uso pessoal e com indicação médica, de produtos que tivessem princípios ativos extraídos da planta. O mais recente movimento da agência reguladora é de fevereiro de 2026, quando publicadas as regras para o cultivo da planta no país.

A cannabis se mostra eficaz em tratamentos destinados à epilepsia, às dores crônicas, ao autismo, à esclerose e a diversas enfermidades. Com cerca de 873 mil pacientes ativos no Brasil hoje, a expectativa é que a nova regulamentação impulse o fomento à pesquisa

e à produção local da planta de forma que os custos sejam reduzidos, e os tratamentos possam atender a um público de sete milhões de brasileiros. O atual retrato de mercado gerou receita aproximada de R\$ 1 bilhão ao final de 2025 para os que já vinham atuando no ramo. Se o uso avançar como projetado, o segmento poderá esbarrar em R\$ 9,5 bilhões. A projeção é da consultoria especializada Kaya Mind.

Na prática, após o sinal verde do STJ há dois anos, o qual criou o direito de uso para fins curativos no Brasil, a regulamentação da Anvisa estruturará a atuação no segmento. O manual



Palhares e Franco, da Ease Labs, iniciaram trajetória em 2024

DIVULGAÇÃO

que devem crescer exponencialmente após a nova regulamentação da Anvisa.

Há outros perfis de empresários entre os precursores setoriais. A Ease Labs tem origem no ambiente de negócios e foco na exploração do potencial de mercado já identificado pelos seus fundadores, Gustavo Palhares e Guilherme Franco, que operam como CO-CEOs da empresa desde a fundação, há sete anos. Palhares e Franco deixaram carreiras na área de Direito (mais especificamente em fusões e aquisições) e no mercado financeiro, nessa ordem, para apostar primeiro em fitoterápicos. Com a evolução dos negócios, passaram a se dedicar exclusivamente a produtos de cannabis medicinal, que estão na fase final de processamento no Brasil, antes de serem distribuídos para a rede farmacêutica tradicional do país.

A trajetória, neste caso, começou ainda em 2024, quando o ambiente regulatório começou a ficar mais favorável no Brasil. Compraram a colombiana Plena, com experiência no processo de exploração de uso sanitário da cannabis. Sua referência no segmento é tamanha que foi modelo para a Anvisa durante o processo da resolução de autorização no Brasil. O valor da operação não foi revelado. Essa operação coloca a Ease Labs em um processo verticalizado na exploração do mercado de cannabis medicinal, do cultivo à rede farmacêutica.

“Vamos trabalhar tanto para fins comerciais como para pesquisa. Estamos

de regras envolve as etapas de cultivo da planta, pesquisa e comercialização. Com um cenário claro, especialistas consultados pela IstoÉ Dinheiro acreditam que ocorrerá um forte incentivo às pesquisas. A segurança jurídica, ademais, contribui para as empresas, especialmente as farmacêuticas, apostarem em negócios nesse nicho.

Uma companhia interessada em entrar na corrida é a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A estatal vê no cânhamo, a planta que dá origem à cannabis e seus derivados, uma cultura com potencial para transformar a matriz econômica e tecnológica do agro, repetindo o ciclo de inovação observado com a soja há 50 anos. No

final de 2025, a Embrapa já havia recebido o sinal verde da Anvisa para avançar em suas pesquisas com cannabis focadas em melhoramento genético para fins medicinais e uso de suas fibras. Para além de medicamentos, as pesquisas na estatal pretendem encontrar a melhor produtividade da planta para outros derivados. Seu uso pode servir como fibra, assim como o algodão, para cosméticos, uso veterinário e até mesmo para a recomposição de solos degradados. Quatro unidades da Embrapa espalhadas pelo país participam do projeto.

Com origem também no ambiente de pesquisas, as empresas do agrônomo Sérgio Barbosa Ferreira Rocha buscam aumentar o potencial de exploração da cultura. Ainda em 2020, Sérgio teve a primeira autorização dada a uma pessoa física no país para o cultivo com fins de pesquisa. Na época, o trabalho foi feito para seu mestrado em agronomia, no âmbito da área de fitotecnia (melhoramento de plantas, recursos genéticos e biotecnologia), na Universidade de Viçosa (MG). Desde então, o agrônomo passou a atuar em três frentes de negócios.

Uma delas é a ADWA Cannabis, com foco em pesquisas. “A escala de investimentos está na casa de milhões”, disse. Há a Dugreen, voltada para insumos destinados ao cultivo da cannabis, como fertilizantes, o que vai ajudar a escalar o volume produtivo. E, por fim, a Canalise é uma espécie de consultoria ou assessoramento na parte de qualidade dos cultivos e produtos, mais ligada aos cultivos associativos, ou domésticos,

A Embrapa, liderada por Sílvia Massruhá, avança em melhoramento genético



HEYPRODUÇÕES

O agrônomo Sérgio Rocha: cultivo para pesquisa desde 2020 e três empresas com focos distintos



REPRODUÇÃO/INSTAGRAM

Brasil

bem posicionados”, disse Gustavo Palhares à IstoÉ Dinheiro. Na Colômbia, conta, há mais de 500 cultivares da planta (variedades selecionadas a partir de melhoramento genético). Isso entrega vantagem competitiva para a Ease, acreditam os fundadores. É que, entre os critérios da Anvisa, está o limite máximo de 0,3% de THC (princípio ativo da cannabis) que as plantas podem ter no Brasil, um desafio técnico no país, uma vez que o clima por aqui tende a produzir plantas com percentual maior do que esse.

Cultivo com sementes importadas

Farmacêutica de gestão familiar localizada no Rio de Janeiro, a Alko do Brasil já atua com medicamentos de cannabis por meio de importação. Agora, contratou um agrônomo especialista para uma unidade e está investindo capital próprio para avançar em pesquisa. As novas regras da Anvisa saíram de um processo longo e extremamente rígido, destaca o agrônomo e head de operações da Alko, Dennys Zsolt Santos. Juliana Oliveira, co-CEO da Alko, dá uma pista

relacionada à magnitude da aposta em curso pelo laboratório. “Temos potencial de virar um player global”, disse à IstoÉ Dinheiro.

Por enquanto, o cultivo será feito com sementes importadas de três países: Itália, Austrália e África do Sul. A partir disso, serão elaborados testes de adaptação ao solo e clima locais. “Até o

final deste ano será projeto piloto. Vamos fazer o desenvolvimento de sementes certificadas no Brasil e observar o comportamento da planta, para ter certeza do perfil químico diante de fatores agroambientais, inclusive atendendo aos critérios permitidos pela Anvisa”, disse o agrônomo. Por questões de segurança, o local do cultivo não foi divulgado. **D**



Diretoria da Anvisa aprovou a regulamentação para o cultivo com fins medicinais em fevereiro

A ordem do STJ e as novas regras da Anvisa

No começo de fevereiro de 2026, a Anvisa publicou as Resoluções da Diretoria Colegiada (RDCs) que regulamentam a produção de cannabis com fins medicinais no Brasil, além do novo marco regulatório para a fabricação e importação de produtos de cannabis. As três resoluções atendem à determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em novembro de 2024, a Corte havia definido a legalidade da produção para fins exclusivamente medicinais e/ou farmacêuticos atrelados à proteção do direito à saúde. As normas publicadas entram em vigor seis meses após a publicação, ou seja, em agosto deste ano. Confira o texto:

- **RDC 1.013/2026:** Detalha a produção, com previsão de Autorização Especial (AE) exclusivamente para pessoas jurídicas com inspeção sanitária prévia e exigência de mecanismos de rastreabilidade, controle e segurança. A norma detalha como serão feitos o

controle e a segurança permanente dos locais, além de medidas de suspensão imediata das atividades, em caso de qualquer irregularidade.

- **RDC 1.012/2026:** Voltada às regras para a pesquisa sobre o tema no país, apresenta as especificações para a concessão de AE para as instituições de ensino e traça os requisitos de segurança e controle. A norma destaca, entre outros pontos, que os produtos para a pesquisa com THC acima de 0,3%, devem ser obtidos por meio de importação com autorização prévia da Anvisa e o cumprimento das exigências estabelecidas pela ONU.
- **RDC 1.014/2026:** Estabelece o instrumento específico para associações de pacientes sem fins lucrativos. Essa norma também não autoriza a comercialização. O texto prevê ainda um plano de monitoramento

e define indicadores e requisitos de controle de qualidade, assim como de rastreabilidade dos insumos e de produtos até a dispensação aos pacientes.

- **RDC 1.015/2026:** Atualiza o marco regulatório de fabricação e importação de produtos de cannabis instituído pela RDC 327/2019. Entre os principais pontos está a inclusão dos pacientes que sofrem de doenças debilitantes graves, como fibromialgia e lúpus, no rol de pessoas autorizadas a fazerem uso medicinal de produtos à base de cannabis com concentração de THC (tetrahydrocannabinol) acima de 0,2%. Além disso, foram ampliadas as formas de administração dos produtos com autorização para o uso dermatológico, sublingual, bucal e inalatório. A medida visa ampliar a adesão ao tratamento de pacientes em condições especiais.

Empresários de transportes terão mais de R\$ 20 bilhões em linhas de crédito



RICARDO STUCKERT / PPR

De Move em Move

Executivo federal anuncia crédito nos programas Move Brasil e Move Agrícola para estimular renovação estrutural e acena a setores da economia fiéis à oposição

De olho no eleitorado, o governo federal formalizou ao final de abril uma nova etapa do programa Move Brasil, destinada a expandir o financiamento para o setor de transportes. A iniciativa contará com um aporte de R\$ 14,5 bilhões do Tesouro Nacional, somados a R\$ 6,7 bilhões provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para viabilizar linhas de crédito voltadas à aqui-

sição de caminhões e ônibus. O anúncio foi formalizado pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, e pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, no Palácio do Planalto.

De Move Agrícola, com linha de crédito bilionária lançada há poucos dias na Agrishow, a Move Brasil, o Executivo federal tem liberado crédito para estimular a renovação de frota e ma-

quinários, impulsionando os setores da economia. Paralelamente, busca cativar eleitores fiéis à oposição. A Fazenda informou que o Move Brasil anunciado vai oferecer taxas de juros reduzidas e prazos de pagamento estendidos em comparação à fase anterior da iniciativa. A estrutura financeira do projeto também contempla o fortalecimento de pequenas e médias empresas. O governo destinará R\$ 2 bilhões ao Fundo Ga-



Alckmin anunciou R\$ 10 bilhões para a modernização de máquinas agrícolas

CADU GOMES/VPR

rantidor para Investimentos (FGI) com o objetivo de facilitar o acesso ao crédito para o segmento.

Além disso, o escopo de financiamento foi ampliado: originalmente restrito a caminhões, o programa agora abrange a compra de ônibus, micro-ônibus e equipamentos complementares, como reboques e carrocerias. O BNDES, responsável pela operacionalização dos recursos, estabeleceu que os financiamentos poderão chegar a R\$ 50 milhões por beneficiário, exigindo que os veículos sejam de fabricação nacional e cumpram as regras de conteúdo local.

As diretrizes finais dessas operações serão definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), mas a Fazenda antecipou que os juros devem oscilar entre 11% e 12% ao ano, representando uma redução frente aos patamares de 14% a 15% praticados na etapa inicial. O prazo total para quitação das dívidas será de dez anos — o dobro do período anterior — com carência de 12 meses. Dentro do volume total de recursos, o governo reservou R\$ 2 bilhões exclusivamente para o financiamento de transportadores autônomos.

O Move Agrícola

A abertura da 31ª edição da Agrishow ao final de abril, na paulista Ribeirão Preto, evento que é um termômetro das relações entre o Planalto e o agronegócio, foi marcada por um movimento estratégico do governo federal para tentar destravar investimentos e recompor o diálogo com o setor produtivo em ano de eleições. O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, anunciou então o lançamento do programa Move Agrícola, uma linha de crédito de R\$ 10 bilhões voltada exclusivamente para a modernização de máquinas e implementos.

A medida busca atacar um dos principais obstáculos para o crescimento das safras brasileiras: o envelhecimento da frota e o alto custo financeiro para a aquisição de tecnologia de ponta. A nova linha de crédito será operacionalizada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e deve estar disponível nas agências bancárias e cooperativas em um prazo de 20 a 30 dias. O governo federal acredita em um cenário favorável para os “juros [taxa Selic] de um dígito”, e os recursos terão origem no superávit

do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Alckmin disse, ademais, que o dinheiro será distribuído por meio de uma rede capilarizada que inclui o Banco do Brasil, bancos privados e, de forma inédita em parceria direta com a Finep, as cooperativas de crédito. O foco da iniciativa é claro ao buscar inovação e conteúdo nacional. O governo federal quer priorizar o financiamento para equipamentos fabricados no Brasil que incorporem soluções de agricultura digital e pesquisa e desenvolvimento.

A passagem de parte da cúpula do governo federal pela Agrishow 2026 serviu para reafirmar a importância do agronegócio como motor do Produto Interno Bruto (PIB), mas também evidenciou os desafios de uma relação que ainda busca sintonia fina. Se os R\$ 10 bilhões para máquinas representam um combustível bem-vindo para a indústria e para o campo, a solução definitiva para o seguro rural e para o passivo financeiro dos produtores continua sendo a prova de fogo que determinará o ritmo do setor nos próximos anos. **D**



Bloqueio do Estreito de Ormuz, por onde sai o petróleo do Golfo Pérsico, é epicentro do problema

AMIRHOSSEIN KHORRODEINIS/WAFP

Fresta diplomática

Possibilidade de acordo entre Estados Unidos e Irã, mediado pelo Paquistão, gerou quedas acentuadas do petróleo. Semana foi marcada por recuos diários não vistos há um mês

O tabuleiro geopolítico no Oriente Médio, que há meses mantém o mercado global de energia em estado de alerta devido à guerra iniciada pelos Estados Unidos e Israel contra o Irã, chegou nesta semana a um ponto de inflexão que reverberou nos terminais de negociação das bolsas de Londres e Nova York. Após semanas de escalada militar e incertezas no Golfo Pérsico, os preços do petróleo registraram quedas acentuadas, recuando para os níveis mais baixos em quinze dias. O movimento foi desencadeado por sinais concretos de que os Estados Unidos e o Irã, sob a mediação do Paquistão, estão na iminência de, finalmente, assinarem um memorando de entendimento inicial para encerrar as hostilidades na região.

A reação das commodities foi visceral. Diante do cenário, os contratos

futuros do petróleo Brent (referência de preço no mercado europeu) despencaram US\$ 11,55 na quarta-feira, 6, ou 10,51%, e chegaram a ser negociados a US\$ 98,32 por barril — rompendo a barreira psicológica dos US\$ 100 pela primeira vez desde o final de abril. No mercado norte-americano, o West Texas Intermediate (WTI) seguiu a mesma trajetória, com uma perda de 11,44%, fixando-se em US\$ 90,57 no mesmo dia. Ambos os índices de referência caminham para suas maiores quedas diárias em termos absolutos em um mês, refletindo o alívio dos investidores diante da possibilidade de reabertura do Estreito de Ormuz, o gargalo mais vital para o escoamento do petróleo mundial.

A diplomacia, desta vez, parece correr mais rápido que os mísseis. Fontes paquistanesas indicam que Washing-

ton e Teerã negociam um documento simplificado de uma página para cessar a guerra no Golfo, deixando temas espinhosos, como o programa nuclear iraniano, para discussões futuras. Embora errático, Trump gerou algum otimismo ao afirmar na Casa Branca que a situação com Teerã está “indo muito bem”. Contudo, fiel ao seu estilo de pressão máxima, o republicano utilizou sua rede Truth Social para alternar acenos de paz com ameaças severas. O mandatário condicionou o fim da “Operação Epic Fury” e do bloqueio naval ao cumprimento estrito dos termos por parte dos iranianos. Caso contrário, prometeu bombardeios em um nível de intensidade jamais visto.

Do lado iraniano, o tom é pragmático. Esmail Baqaei, porta-voz do ministério das relações exteriores, confirmou que a proposta norte-americana está “em análise” e que a posição oficial de Teerã será transmitida via mediadores. Este capítulo da guerra, que desde fevereiro elevou os preços do petróleo aos patamares mais altos desde 2022, causou uma drenagem profunda nos estoques globais. Dados do American Petroleum Institute revelam que os estoques de petróleo bruto dos Estados Unidos caíram 8,1 milhões de barris apenas na última semana, enquanto as refinarias lutam para compensar os déficits gerados pela interrupção do tráfego marítimo.

A normalização do fluxo no Estreito de Ormuz, caso o acordo seja ratificado nas próximas 48 horas, promete ser o divisor de águas para a economia global neste semestre. Para o mercado, o recuo dos preços abaixo de US\$ 100 não é apenas uma correção técnica, mas o reconhecimento de que o custo da guerra estava se tornando insustentável para ambos os lados. Se o memorando de entendimento for assinado, a lendária agressividade da política externa de Trump poderá reivindicar uma vitória diplomática ruidosa, enquanto o Irã tentará garantir um acordo que considere justo e abrangente para aliviar o sufocamento de sua economia.

O mundo aguardava, até o fechamento desta edição, a resposta de Teerã, ciente de que, no tabuleiro do Golfo, a distância entre a paz e o reinício dos bombardeios é tão estreita quanto o canal por onde passa um terço do petróleo global. **D**

Dinheiro no mundo

As notícias que se destacaram no noticiário internacional

Estados Unidos

Serviços em baixa

A expansão do setor de serviços dos Estados Unidos desacelerou pelo segundo mês consecutivo em abril. O crescimento do volume de novas encomendas teve a maior queda em três anos, e as pressões sobre os custos de insumos se mantiveram no nível mais alto desde o final de 2022. O retrato resulta dos preços elevados da energia com a guerra liderada pelo país contra o Irã.

México

Parceria com a Petrobras

As petroleiras Petrobras e Pemex, do México, devem assinar um acordo de parceria em exploração, produção e refino de petróleo bruto. A presidente mexicana, Claudia Sheinbaum, reuniu-se há poucos dias com Magda Chambriard, que lidera a Petrobras, e outros executivos da companhia para debater o trabalho conjunto. Claudia deverá viajar em breve para o Brasil para firmar a parceria com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Bélgica

Sinal verde para a Suzano

A brasileira Suzano está prestes a obter a aprovação das autoridades antitruste da União Europeia, com sede em Bruxelas, para sua joint venture de US\$3,4 bilhões com a gigante norte-americana de bens de consumo Kimberly-Clark, disse a Reuters. A aprovação europeia será um impulso para o acordo anunciado em junho do ano passado, que prevê a aquisição de 51% pela Suzano do negócio internacional de papel tissue da Kimberly-Clark, que detém marcas como a Kleenex. A indústria global de papel vive uma onda de consolidação, e reguladores de diferentes regiões procuram equilibrar os interesses dos consumidores e a geopolítica.

Camarões

Tarifas de streaming e impasse na OMC

O fracasso em uma reunião de líderes da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Yaoundé, Camarões, em março, para renovar a moratória de longa data – acordo firmado em 1998 e que proíbe governos de cobrarem tarifas para streaming e downloads transfronteiriços – marcou outro revés para o papel da organização. Um conjunto de países, incluindo os Estados Unidos, sugerem que a renovação do acordo passe a ser automática por tempo indeterminado, mas governos do Brasil e da Turquia são impasse. Um ponto em desacordo é o período para a extensão.

47%

de um total de meio milhão de **votos** computados para definir o novo nome do estádio do Palmeiras resultou em "**Nubank Parque**". O Nubank adquiriu os naming rights do estádio do clube, que nos últimos treze anos foi chamado de Allianz Parque. Os detalhes do contrato (valor e prazo) não foram divulgados.



DIVULGAÇÃO

R\$ 10 bi

pode ser o **rombo dos Correios em 2026**, disse o ministro da Fazenda, Dario Durigan, no programa Roda Viva, da TV Cultura, na noite da segunda-feira, 4. A estatal teve um déficit de R\$ 8,5 bilhões em 2025. A gestão de Emmanoel Rondon, o atual presidente dos Correios, apresentou um plano "muito bom" na visão do ministro, e como em toda a estratégia há um tempo para entregar retorno. Privatizar, acrescentou Durigan, não é "bala de prata" para resolver o problema.

R\$ 1,2 bi

é o volume financeiro de **juros sobre capital próprio** aprovado pelo conselho de administração da **Ambev**. O pagamento aos acionistas deve ocorrer em 6 de julho próximo. Outros R\$700 milhões serão distribuídos até dezembro. A cervejaria divulgou o resultado trimestral, no qual reportou lucro líquido de R\$ 3,8 bilhões entre janeiro e março de 2026 – alta de 0,3% na comparação anual.

R\$ 1,6 bi

foi o **lucro líquido da Cargill Alimentos** no Brasil em 2025. A gigante reverteu prejuízo de R\$ 1,7 bilhão registrado em 2024.



REPRODUÇÃO

3,2 mi

de barris de óleo equivalente por dia é o **novo recorde** produtivo da **Petrobras**. Trata-se do volume somado de produção média de óleo, Líquido de Gás Natural (LGN) e gás natural alcançado no primeiro trimestre deste ano, o qual supera em 16,1% o registrado no primeiro trimestre de 2025.

Os CDBs do varejo

Magazine Luiza, Pernambucanas e Riachuelo ampliam canais de captação e buscam atrair investidores interessados nesses títulos. Confira os riscos e os benefícios

O mercado de renda fixa ganhou, recentemente, mais um produto de investimento entre as opções de crédito privado. O Magazine Luiza lançou, ao final de março, o seu primeiro Certificado de Depósito Bancário (CDB). O novo produto da MagaluPay se junta aos CDBs oferecidos por outras gigantes do varejo, como Pernambucanas e Riachuelo, com rentabilidade acima de 100% do CDI.

A entrada das varejistas no mercado de crédito privado reflete uma evolução natural do setor. Se, antes, as varejistas se movimentaram para monetizar a base de clientes por meio de cartões próprios e a oferta de operações

de crédito, agora, elas diversificam as fontes de captação, avalia Bruno Perri, economista-chefe, estrategista de investimentos e sócio-fundador da Forum Investimentos.

Do ponto de vista corporativo, a medida reduz a dependência exclusiva do mercado de crédito tradicional e dos grandes bancos, além de fortalecer o engajamento do cliente com a marca dentro do ecossistema digital. Para atrair a atenção dos investidores, os CDBs emitidos por financeiras ligadas ao setor varejista tendem a oferecer taxas superiores às dos grandes bancos. Essa remuneração mais alta funciona justamente para compensar a percepção

de um maior risco de crédito por parte do emissor e os prazos de vencimento, que geralmente são mais longos.

Enquanto os bancos tradicionais costumam remunerar CDBs de liquidez diária ou de curto prazo entre 90% e 100% do CDI, as opções das varejistas apresentam rentabilidades mais agressivas, explica Douglas Rodrigues, planejador financeiro CFP, especialista em investimentos e MBA em Finanças pela B7 Business School. O CDB da MagaluPay, por exemplo, oferece entre 102,5% e 104,5% do CDI, dependendo do prazo escolhido pelo investidor, que pode variar entre seis meses e dois anos. Essa taxa é compatível com o que vem sendo oferecido por bancos digitais concorrentes no mercado, pontua Perri.

Já a Pernambucanas trabalha com CDBs mais longos pagando em torno de 110% do CDI, enquanto a financeira da Riachuelo tem ofertas mais conservado-

O Magazine Luiza lançou o primeiro CDB ao final de março e oferece entre 102% e 104% do CDI

MAGALUPAY

Aqui você compra, paga contas, faz Pix, tem descontos exclusivos e dinheiro de volta

Baixe agora o App **MAGALU**



A Pernambucanas trabalha com prazos mais longos e paga cerca de 110% do CDI



DIVULGAÇÃO

ras, próximas a 102% do CDI, com prazos mais estendidos, segundo Rodrigues. Antes de destinar recursos a esses papéis, a recomendação dos especialistas é fazer a lição de casa, começando pelo que Rodrigues chama de “básico bem-feito”. A avaliação da saúde financeira deve começar por entender quem é o emissor, analisando dados como o nível de alavancagem (dívida e capacidade de pagamento), o histórico de resultados e a capacidade da empresa de gerar caixa em diferentes ciclos da economia.

Perri sugere observar também relatórios de análises independentes, notas de rating (risco de crédito, como um selo de bom ou mau pagador, dado por agências especializadas) e métricas regulatórias, como o Índice de Basileia, que indica se a instituição tem capital para cobrir os riscos de crédito, e o Índice de Imobilização, que mostra o quanto de capital está atrelado a ativos fixos, comprometendo a liquidez.

Além disso, é importante investigar a finalidade da captação de recursos. Se

os fundos forem usados de forma recorrente para cobrir desequilíbrios operacionais e pressões de curto prazo, o risco da operação se torna maior do que se fossem usados para o crescimento estrutural da companhia.

Casos recentes no mercado de crédito privado, como o da Americanas e do Banco Master, contudo, evidenciam que, mesmo munido de informações públicas e validações formais como os ratings de crédito, o investidor pessoa física raramente consegue capturar a integralidade da realidade financeira de uma empresa. Perri destaca que os riscos são inerentes a qualquer investimento e que é essencial acompanhar as notícias sobre a instituição e contar com a proteção adicional trazida pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

Como investir nesses CDBs

No planejamento financeiro, os CDBs das varejistas exigem cautela e alinhamento de expectativas. Ambos os especialistas são categóricos ao afir-

mar que esses papéis não são indicados para a reserva de emergência. Isso porque a reserva exige liquidez imediata e máxima previsibilidade, qualidades que não combinam com o risco de crédito maior e os prazos travados dos títulos de varejistas.

Perri recomenda essas aplicações para investidores com perfil conservador a moderado, desde que os recursos sejam destinados ao médio prazo, idealmente com vencimento superior a dois anos. Para Rodrigues, esses ativos servem como uma ferramenta para o investidor moderado que já possui a parte essencial da carteira bem estruturada e busca diversificação tática para otimizar o retorno, assumindo um risco adicional de forma controlada.

Para investir nesses produtos, o acesso é simples e pode ser feito tanto diretamente pelas plataformas digitais das próprias varejistas quanto por meio de corretoras e bancos de investimentos. **D**

Por Bora Investir, da B3



Executivos da MBRF e de fundo soberano apostam na Sadia Halal para conquistar espaço em proteínas

Rota árabe

Com valor de mercado estimado em US\$ 2,07 bilhões, a Sadia Halal une forças da MBRF e de fundo soberano saudita, e vai abrir capital em uma das dez maiores bolsas de valores do mundo

Em um movimento estratégico que redesenha a presença brasileira no Oriente Médio, a Marfrig e a BRF (agora MBRF) anunciaram formalmente a conclusão da criação da Sadia Halal. A nova companhia nasce como uma joint venture entre a subsidiária BRF GmbH e a Halal Products Development Company (HPDC), braço do fundo soberano da Arábia Saudita, o Public Investment Fund (PIF). O objetivo da operação é verticalizar a produção e distribuição de proteínas nos Emirados Árabes Unidos e na Arábia Saudita. Atender ao mercado 'halal', no contexto da indústria de alimentos, é produzir seguindo rigorosos preceitos islâmicos de consumo.

A transação é ambiciosa. Conforme o fato relevante emitido pelas companhias, a Sadia Halal já inicia suas operações com um valor de empresa estipulado em US\$ 2,07 bilhões. Mais do que uma aliança operacional, o acordo pavimentou o caminho para a abertura de capital (IPO) da nova empresa na Tadawul, a bolsa de valores de Riade, capital da Arábia Saudita. Atualmente, a subsidiária da BRF detém o controle majoritário com 90% do capital, enquanto a HPDC possui os 10% restantes. Há o compromisso de o fundo elevar essa fatia para ao menos 20% e, potencialmente, até 40% antes da listagem pública no mercado saudita.

A engenharia financeira prevê um aporte inicial da HPDC de US\$ 24,3 milhões, somado a uma contribuição complementar de US\$ 73,1 milhões em uma transação primária agendada até o encerramento deste ano. Além do fortalecimento de caixa, a BRF celebrou um contrato de fornecimento de produtos com a nova subsidiária por um período de dez anos renováveis. Esse fluxo comercial será sustentado a partir das unidades produtivas da companhia no Brasil, garantindo o escoamento de proteína para uma das maiores plataformas de distribuição halal do planeta.

O impacto da medida é profundo, visando o acesso direto a uma base de



Companhia vai abrir capital na bolsa de Riade, uma das dez maiores do mundo

A bolsa de Riade

A bolsa de valores da Arábia Saudita, oficialmente conhecida como Tadawul, é o coração financeiro do maior exportador de petróleo do mundo e a maior praça de capitais da região do Oriente Médio e Norte da África. Essa bolsa ganhou atenção global em 2019, quando realizou o IPO (oferta pública inicial de ações) da Saudi Aramco, que atua em petróleo e gás natural, se tornou a maior da história na época. Para investidores brasileiros e empresas como a BRF e a Marfrig, a listagem na bolsa de Riade é um movimento estratégico para acessar a liquidez dos fundos soberanos árabes. A Tadawul está entre as dez maiores bolsas de valores do mundo em capitalização de mercado, em grande parte devido ao peso do IPO da Saudi Aramco, mas também pela presença de gigantes como a petroquímica Sabic e do Al Rajhi Bank.

consumidores estimada em mais de 350 milhões de pessoas espalhadas por 14 países islâmicos. Ao integrar a produção brasileira com o capital soberano saudita, a Marfrig e a BRF posicionam a marca Sadia em um patamar de competitividade inédito. O selo halal, que atesta a conformidade com as leis islâmicas, deixa de ser apenas uma certificação de exportação para se tornar o pilar da companhia em uma das regiões que mais crescem economicamente no cenário global.

O Brasil, vale lembrar, é o maior exportador de frango halal do mundo. Desse modo, há outras gigantes brasileiras no páreo. A principal concorrente direta da MBRF na região é a JBS, por meio de sua marca global de aves, a Seara. A JBS possui uma operação robusta na região, com centros de distribuição e fábricas locais para processar alimentos e ganhar agilidade logística. Ao final de janeiro, a gigante inaugurou uma fábrica de alimentos processados em Jeddah, outra cidade árabe. Mais do que anunciar, em janeiro, o início das operações dessa unidade, a companhia projetou também

uma expansão que deve dobrar a capacidade da unidade até o final de 2026.

O movimento reforçou a estratégia local em um mercado que, embora historicamente tenha figurado como um dos principais destinos do frango brasileiro, avança de forma consistente em políticas de autossuficiência. O investimento total da JBS no país alcançou US\$ 85 milhões, valor que engloba a planta de Jeddah, uma unidade em Dammam e uma robusta infraestrutura de distribuição. Com a nova operação, a companhia estruturou um ecossistema produtivo sob a marca Seara, focando tanto no abastecimento do mercado saudita quanto na exportação regional de produtos com certificação halal.

A decisão da JBS ampliar a fábrica decorreu da rápida absorção. A nova unidade, que operava em fase de testes desde o ano passado, quadruplicou rapidamente o volume da empresa naquele país. Antes da entrada em operação da unidade de Jeddah, a JBS mantinha sua presença em Dammam com uma planta de processamento para 10 mil toneladas anuais e 250 funcionários. **D**

Investida duvidosa

A GameStop, rede de lojas de videogames, fez proposta bilionária pelo eBay e quer concorrer com a Amazon – mas o movimento deixou um rastro de céticos

O empresário Ryan Cohen, presidente-executivo da GameStop, rede norte-americana de lojas de videogames, chamou a atenção do mercado financeiro global ao formalizar uma proposta de aquisição do eBay por aproximadamente US\$ 56 bilhões. A investida, comunicada no domingo, 3, prevê um pagamento de US\$ 125 por ação, composto por uma combinação de 50%

em dinheiro e 50% em papéis da varejista de games. O valor representa um prêmio de 20% em relação ao fechamento das ações da plataforma de e-commerce na sexta-feira anterior, ou seja, em 1º de maio. A movimentação foi definida como ambiciosa por analistas.

Observado o comportamento das ações no pregão após o anúncio, disse a Reuters, o negócio é considerado im-

provável. A gigante de vendas online, ademais, possui uma capitalização de mercado quase quatro vezes superior à da proponente. A GameStop, que ganhou notoriedade mundial há cinco anos durante o frenesi das ações meme, deixou de ser uma coadjuvante no setor para tentar se tornar um pilar do varejo digital. Ações meme são papéis que ganham valorização repentina não por causa dos fundamentos, como lucro ou receita, mas devido à mobilização de investidores de varejo em redes sociais.

Ryan Cohen afirmou, em carta enviada ao conselho do eBay, que já construiu uma participação de 5% na com-



Rede de videogames GameStop quer adquirir o eBay por R\$ 56 bilhões

BRANDON BELL/AFP

O influenciador americano Keith Gill ajudou a atrair investidores do varejo

Fama repentina

A GameStop, tradicional varejista de videogames, ficou conhecida por meio de redes sociais. Há cerca de dois anos, em um movimento de popularidade, chamou a atenção em episódio em que informou ao mercado ter levantado US\$ 2,14 bilhões por meio de um programa de venda de ações, capitalizando sobre a expressiva valorização das chamadas ações meme. O salto nos preços dos papéis da companhia ocorreu após o investidor americano Keith Gill, conhecido no ambiente digital como Roaring Kitty, adotar uma postura otimista sobre o futuro da empresa em uma série de postagens em redes sociais e durante uma transmissão ao vivo, atraindo uma legião de seguidores e investidores de varejo. A fama da GameStop nesse cenário não é recente, mas consolidou-se pela forma como a empresa se tornou uma espécie de símbolo desse novo fenômeno financeiro. As ações meme referem-se a empresas que ganharam popularidade massiva entre pequenos investidores por meio de fóruns e redes sociais, subvertendo a lógica tradicional de Wall Street, o coração financeiro dos Estados Unidos.



REPRODUÇÃO: FACEBOOK

panhia por meio de ações e derivativos. O executivo demonstrou estar disposto a levar a oferta diretamente aos acionistas por meio de uma disputa por procuração, caso o comando da plataforma não se mostre receptivo ao negócio. Depois da carta, o clima em Wall Street, o coração financeiro dos Estados Unidos, foi de cautela e ceticismo. Embora as ações do eBay tenham registrado alta de 6% no início do pregão da segunda, 4, sendo negociadas a US\$ 110, o valor permaneceu significativamente abaixo dos US\$ 125 oferecidos.

A defasagem é um indicador de que os investidores duvidam da viabilidade da transação. Em contrapartida, os papéis da GameStop recuaram 2%. Em nota oficial, o eBay informou que está analisando a oferta, mas ressaltou que irá avaliar a capacidade da varejista de apresentar uma proposta que seja, de fato, vinculante e executável. Em entrevista ao jornal americano Wall Street Journal, Ryan Cohen detalhou sua visão estratégica para a fusão. O empresário disse que a união das marcas sob uma mesma estrutura criaria um concorrente legítimo para a Amazon. O plano envolve uma reestruturação profunda,

com a meta de cortar US\$ 2 bilhões em custos anuais do eBay em apenas doze meses após o fechamento do acordo. Além da eficiência financeira, a integração utilizaria as 1,6 mil unidades físicas da GameStop nos Estados Unidos como uma rede logística nacional para autenticação, recebimento e atendimento de produtos comercializados digitalmente. A engenharia financeira por trás da oferta busca subverter o manual tradicional de fusões e aquisições. É raro que uma empresa vise um alvo de dimensões tão superiores, operação que normalmente exige um endividamento substancial.

Ryan Cohen disse possuir compromissos financeiros que incluem uma carta de crédito de US\$ 20 bilhões em dívidas junto à TD Securities, subsidiária do TD Bank. Além disso, a GameStop conta com US\$ 9,4 bilhões em caixa e investimentos líquidos, reportados em 31 de janeiro. O executivo também sinalizou a possibilidade de buscar apoio de investidores externos, incluindo fundos soberanos do Oriente Médio. Se o negócio prosperar, Cohen pretende assumir a presidência executiva da nova companhia combinada. **D**

Demanda por minério de ferro segue aquecida apesar da guerra



RICARDO TELES

Depois do susto

Vale minimiza impactos do conflito no Oriente Médio sobre a oferta global de minério de ferro e projeta retomada de operações em Minas Gerais

As turbulências geopolíticas no Oriente Médio não têm força suficiente – ao menos não ainda – para abalar os alicerces do mercado global de aço, onde atua a Vale. Enquanto o conflito envolvendo o Irã domina as manchetes internacionais, a maior produtora de minério de ferro do mundo mantém uma postura de tranquilidade estratégica. A visão da companhia é de que o impacto da guerra sobre a oferta da commodity é neutro. O raciocínio é pragmático: embora a produção de aço bruto em solo iraniano tenha sofrido interrupções, o restante da região mantém seus fornos acesos, sustentando a operação com estocagem de sucata e pelotas.

Essa resiliência regional garante que a demanda pelo minério brasileiro permaneça em equilíbrio. Rogério Nogueira, vice-presidente executivo comercial da mineradora, disse que o conflito trouxe até um efeito colateral que

favorece os preços. Com a alta do petróleo encarecendo o frete e a produção em escala global – elevando os custos em até US\$ 10 por tonelada –, empresas menos competitivas perdem espaço, o que acaba servindo de suporte para as cotações atuais do minério de ferro. No horizonte asiático, a China segue como o motor principal. Apesar da crise no setor imobiliário, a manufatura e a infraestrutura chinesas compensam a balança de importações da matéria-prima brasileira, mantendo a utilização dos altos-fornos em níveis elevados.

Se no cenário externo o clima é de neutralidade, no plano doméstico a Vale trabalha para normalizar sua engrenagem produtiva em Minas Gerais. A expectativa agora gira em torno das minas de Viga e Fábrica, localizadas na região mineira de Congonhas e Ouro Preto. As atividades nas duas unidades estão suspensas desde o dia 27 de janeiro, após

um transbordamento de água e sedimentos que acendeu o alerta de segurança para as comunidades vizinhas e para o meio ambiente.

O processo de retomada, no entanto, caminha em um ritmo mais lento do que o planejado originalmente pela companhia. O atraso na reabertura deve-se ao rigor das autoridades ambientais, que apresentaram exigências adicionais para garantir a estabilidade das operações. Marcelo Bacci, vice-presidente executivo de finanças e relações com investidores, explicou recentemente que a mineradora está na fase final de atendimento a essas condicionantes e projeta o reinício das atividades para as próximas semanas.

Apesar da demora, o tom da diretoria é de confiança. Por serem unidades de porte menor dentro do gigantesco portfólio da Vale, a paralisação temporária em Viga e Fábrica não ameaça o cumprimento das metas de produção estipuladas para 2026. Para o investidor e para o mercado, o recado é claro: entre o ajuste de contas com o rigor fiscal em Minas e a vigilância sobre as tensões no exterior, a Vale navega em águas controladas, apostando na estabilidade da demanda global para sustentar seus resultados.

Os executivos deram as informações em ocasião de divulgação de resultados do primeiro trimestre, quando a mineradora obteve lucro líquido de US\$ 1,8 bilhão, alta de 36% em comparação a um ano antes.

O que aconteceu em Minas Gerais

Em janeiro, o Ministério Público Federal (MPF) chegou a pedir à Justiça Federal o bloqueio de R\$ 1,2 bilhão da mineradora Vale em duas ações ligadas a vazamentos de água e sedimentos ocorridos no mesmo mês nas minas de Viga e Fábrica, ambas na cidade mineira de Congonhas. Os vazamentos atingiram cursos d'água responsáveis por alimentar o rio Paraopeba (o mesmo que passa por Brumadinho), causando assoreamento de córregos e danos à vegetação, disse o MPF à época. A quantia bloqueada serviria para reparação de danos. Para o órgão público, os reservatórios que deveriam servir para o controle do fluxo de água não possuíam sistemas de drenagem capazes de suportar chuvas fortes. **D**

Economia na despensa

Com alta projetada de apenas 1,5% no consumo das famílias, varejo alimentar enfrenta ano de seletividade. Concorrência com bets e canetas emagrecedoras desafia as redes

A pesar da inflação de alimentos e da economia feita pela maior parte dos brasileiros, o varejo alimentar encerrou 2025 como um dos pilares mais robustos da economia. Com um faturamento astronômico de R\$ 1,145 trilhão, o setor agora responde por uma fatia de pouco mais de 9% do Produto Interno Bruto (PIB). O desempenho, detalhado pelo Ranking Abras 2026 — elaborado pela Associação Brasileira de Supermercados em parceria com a NielsenIQ, Sebrae e Receita Federal —,

recém-divulgado, revela um crescimento nominal de 7,32% e uma expansão real de 3,68%, superando as incertezas macroeconômicas do período.

As projeções para o setor neste ano apontam para um cenário de avanço moderado, marcado por uma queda de braço entre a resiliência setorial e novos vilões do orçamento doméstico, como os gastos em investimentos para emagrecer — as canetas emagrecedoras avançaram significativamente — e as bets, agora no foco do governo federal. Vale lembrar

que o novo programa com foco em apoiar endividados, o Desenrola, desenhado pelo Executivo federal, estabelece que os beneficiados terão de ficar um ano sem apostar em jogos online. Ainda assim, os dados da NielsenIQ, apresentados durante o lançamento do Ranking Abras 2026, estimam um tímido crescimento do consumo das famílias, em 1,5%, um desempenho que deve ficar abaixo da projeção de alta do PIB, de 2,3%.

O setor evidencia sua relevância na capilaridade e no impacto social. São mais de 439 mil pontos de venda, que vão desde gigantescos atacarejos até mercadinhos de vizinhança, atendendo diariamente a um universo de cerca de trinta milhões de consumidores. No campo do emprego, a força é igualmente expressiva: nove milhões de postos de



*Alta moderada:
redes disputam
espaço com
outros gastos*



Galassi, da Abras: momento é de eficiência operacional e inovação tecnológica

DIVULGAÇÃO

Os dez gigantes*

Em bilhões de reais

1	Carrefour Brasil (SP)	123,6
2	Assaí Atacadista (RJ)	84,7
3	Grupo Mateus (MA)	43,6
4	Supermercados BH (MG)	25,7
5	GPA/Pão de Açúcar (SP)	20,6
6	Irmãos Muffato (PR)	20,4
7	Grupo Pereira (SP)	17,5
8	Mart Minas/Dom Atacadista (MG)	12,5
9	Novo Mateus (PE)	12,5
10	Koch Hipermercado (SC)	12,9

Fonte: Abras

*Receita em 2025

trabalho diretos e indiretos dependem da engrenagem do autosserviço. Para o presidente da Abras, João Galassi, o momento atual marca uma virada de ciclo, onde a eficiência operacional e a inovação tecnológica ditam o ritmo de um novo crescimento.

A análise dos formatos de loja revela uma transição de hábitos. Embora o autosserviço tradicional (supermercados e hipermercados) ainda detenha a maior fatia do bolo, com R\$ 564 bilhões (49% do total), é o atacarejo que exhibe os músculos mais definidos. Este formato movimentou R\$ 327,7 bilhões, capturando 29% do mercado. O fenômeno é impulsionado por um consumidor cada vez mais pragmático, que busca o menor preço unitário através das compras em volume, transformando o modelo em um hábito consolidado nas famílias brasileiras.

No topo da pirâmide, a concentração de mercado é evidente. As cinco maio-

res redes do país somaram, sozinhas, R\$ 298,2 bilhões em faturamento, o que representa pouco mais de um quarto de todo o movimento do setor no ano. O Carrefour Brasil mantém a hegemonia absoluta com uma receita de R\$ 123,6 bilhões, ostentando uma vantagem de quase R\$ 39 bilhões sobre o segundo colocado, o Assaí Atacadista (R\$ 84,7 bilhões). A ascensão do Assaí e do Grupo Mateus (R\$ 43,6 bilhões) reforça o domínio das operações focadas em preço e escala.

Completam o grupo de elite os Supermercados BH (R\$ 25,7 bilhões) e o GPA/Pão de Açúcar (R\$ 20,6 bilhões), seguidos de perto por redes regionais de forte musculatura, como os Irmãos Muffato e o Grupo Pereira. Para além da venda direta de produtos, o setor atravessa uma revolução silenciosa em seus modelos de negócio. O estudo mostra que quase metade das empresas já opera com tecnologias digitais ou automação nas lojas físicas. O self checkout é a face mais visível dessa mudança, presente em 77,2% das redes que iniciaram o processo de modernização.

Contudo, a grande aposta de rentabilidade para os próximos anos reside no retail media. A exploração de espaços publicitários dentro das lojas e canais digitais já é realidade para 48% das empresas. Trata-se de rentabilizar verba de marketing que antes ia para a TV ou redes sociais, e agora não sai do próprio varejo: as marcas pagam por anúncios exibidos em telas digitais que ficam nos corredores, em anúncios nos carrinhos de compras, em áudios e outros locais da loja. Para um terço do setor, essa não é mais apenas uma receita complementar, mas uma alavanca estratégica para equilibrar as margens estreitas do varejo alimentar.

Embora a inteligência artificial ainda dê passos iniciais — com apenas 21% de adoção ativa, focada principalmente em marketing e vendas —, o diagnóstico é claro: o varejo alimentar brasileiro deixou de ser apenas um local de troca de mercadorias para se tornar uma plataforma tecnológica complexa. Em um país de dimensões continentais, a eficiência logística e a análise de dados tornaram-se as únicas garantias de sobrevivência para quem deseja manter o balcão aberto. **D**



VITOR SILVA/BOTAFOGO

Clube viveu anos recentes marcados por conquistas, mas a dívida permaneceu

Asfixia alvinegra

Trajatória do Botafogo atingiu ponto de inflexão e, com R\$ 2,7 bilhões em dívidas, desafios do controle acionário da SAF estão sob lupa de investidores internacionais

Ivan Gomes

A trajetória do Botafogo sob o modelo de Sociedade Anônima do Futebol (SAF) atingiu um ponto de inflexão que mistura a glória esportiva recente com uma crise administrativa e financeira sem precedentes. Após um 2024 histórico, marcado por títulos e investimento agressivo no futebol, o clube mergulhou neste ano em um cenário de incertezas que ameaça a continuidade

de do projeto iniciado pelo empresário norte-americano John Textor.

Acionista majoritário da SAF em 2022, Textor assumiu o passivo histórico do clube, prometendo um investimento de cerca de R\$ 400 milhões no futebol. Sob sua gestão, o Botafogo modernizou a infraestrutura do Centro de Treinamento (CT) e do Estádio Nilton Santos, além de fortalecer o departamento de

análise de mercado. Em campo, o clube conquistou o Campeonato Brasileiro e a Libertadores em 2024. Porém, o lado financeiro está sufocando a agremiação, apelidada de Estrela Solitária. O endividamento total da SAF saltou para a casa dos R\$ 2,7 bilhões, um valor que combina o passivo herdado do clube social com as novas obrigações contraídas para a montagem do elenco.



O empresário americano John Textor foi afastado do controle da SAF

VITOR SILVA/BOTAFOGO

A asfixia se manifestou de forma prática por meio de sucessivos transfer bans – ou punições administrativas – impostos pela Fifa. Recentemente, o clube foi impedido de registrar novos jogadores devido a dívidas acumuladas em transferências internacionais, como o caso envolvendo o atacante pernambucano Rwan Cruz, hoje no Ludogorets, da Bulgária. Com a punição, o clube está impedido de inscrever novos jogadores nas competições que disputa, necessitando quitar a dívida de 8 milhões de euros (cerca de R\$ 48 milhões) para poder retornar ao mercado.

O agravamento da crise levou a um rompimento institucional severo. Na semana passada, uma decisão do Tribunal Arbitral da Fundação Getúlio Vargas (FGV) resultou no afastamento de Textor do comando direto da SAF Botafogo. O motivo central teria sido a tentativa do empresário de negociar ações da SAF sem a devida anuência dos demais parceiros e do clube social, além da polêmica entrada com um pedido de recu-

peração judicial sem consenso interno. Com o afastamento, a gestão interina passou para as mãos de Durcesio Mello, ex-presidente do clube associativo, nomeado agora diretor-geral.

Diante da incapacidade de manter os aportes e da pressão de credores, a SAF Botafogo foi oficialmente colocada à venda no mercado internacional. Publicado no jornal britânico Financial Times, o anúncio de que o controle acionário está disponível atraiu olhares de grupos de investimento, incluindo a empresária sul-coreana Michelle Kang, dona de diversos clubes. Ela já possui histórico de rivalidade comercial com Textor no Lyon, time francês que está entre as propriedades do Eagle Football Group – do qual faz parte a SAF do Botafogo. Entretanto, o processo é complexo devido ao tamanho do passivo financeiro que o comprador terá de assumir.

O futuro do Botafogo, que atualmente ocupa o oitavo lugar no Brasileiro, depende agora de uma corrida contra o tempo para encontrar um no-

vo investidor. A recuperação judicial, ou seja, o pedido protocolado no dia 22 no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, aparece como umas das saídas para escalonar o pagamento de R\$ 1,6 bilhão devidos em curto prazo e evitar que o patrimônio esportivo seja extinto. No entanto, a desconfiança do mercado em relação ao modelo de gestão anterior e a perda de peças-chave do elenco para abater dívidas colocam o clube em uma posição de vulnerabilidade.

SAF no Brasil

A Sociedade Anônima do Futebol (SAF) é um modelo de constituição jurídica criado pela Lei 14.193/2021, que permite que os clubes de futebol brasileiros deixem de ser associações civis sem fins lucrativos para se tornarem empresas. Diferentemente do modelo associativo, em que o poder é exercido por sócios e conselheiros eleitos, a SAF possui acionistas e uma estrutura de governança corporativa, permitindo a venda do controle para investidores.

O objetivo da lei foi profissionalizar a gestão esportiva e oferecer mecanismos mais robustos para o pagamento de dívidas tributárias e cíveis, oferecendo um regime de tributação simplificado e caminhos claros para a recuperação judicial ou extrajudicial. Em 2026, o modelo já está amplamente disseminado nas principais divisões do país. Além do Botafogo, clubes da Série A adotaram a SAF ou modelos de clube-empresa. Entre eles estão Bahia (gerido pelo Grupo City, que inclui o inglês Manchester City, o japonês Yokohama F. Marinos e o espanhol Girona), Cruzeiro, Vasco da Gama, Atlético-MG, Fluminense e Athletico-PR. Coritiba e Red Bull Bragantino também operam sob lógicas empresariais consolidadas.

O modelo tem gerado resultados mistos: enquanto alguns clubes alcançaram estabilidade financeira e competitiva, outros, como o próprio Botafogo e o Vasco, enfrentam desafios complexos. O time cruzmaltino, por exemplo, entrou em um modelo de SAF que rapidamente ruiu, com o rápido afastamento da 777 Partners. O clube associativo, liderado por Pedrinho (ex-jogador e ídolo vascaíno), assumiu o controle temporário e negocia a venda de 90% da SAF para novos interessados. **D**



Redução importante de perdas não elimina o desafio de metas globais

Freio ambiental

Brasil perdeu 1,6 milhão de hectares de cobertura arbórea em florestas tropicais em 2025, 42% menos do que um ano antes. Desafio é manter a curva de queda

O Brasil registrou retração significativa nos índices de destruição de suas florestas em 2025. É o que indica o balanço anual do Global Forest Watch divulgado há poucos dias pela organização World Resources Institute (WRI). O país perdeu 1,6 milhão de hectares de cobertura arbórea em florestas tropicais úmidas no último ano. Embora ainda seja expressivo, o número evidencia uma queda acentuada de 42% em relação às perdas observadas em 2024.

O dado mais relevante do relatório reside na drástica redução das perdas

não relacionadas a incêndios, categoria que engloba o desmatamento por corte raso, a exploração ilegal e a morte natural da vegetação. Nesse quesito, a queda foi de 41% na comparação anual. “O Brasil atingiu o nível mais baixo de perdas não relacionadas ao fogo desde que o monitoramento foi iniciado, em 2001”, disse Elizabeth Goldman, codiretora do Global Forest Watch. A recuperação do controle sobre o território foi puxada por estados que historicamente figuram no topo da lista de desmatamento. Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul,

Acre e Roraima foram os protagonistas da mudança, respondendo juntos por mais de 40% da redução nacional.

Na contramão da tendência, contudo, o Maranhão destacou-se negativamente como a única unidade da federação a registrar crescimento na supressão de vegetação nativa. Os números apresentados pela WRI, baseados em dados do Laboratório de Análise e Descoberta de Terras Globais (Glad) da Universidade de Maryland, nos Estados Unidos, focam na vegetação primária — as áreas naturais maduras e intocadas.



Diferentemente do sistema oficial brasileiro, o Prodes, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que mede especificamente o desmatamento por corte raso na Amazônia Legal, o monitoramento global abrange distúrbios mais sutis, como o corte seletivo.

Apesar das disparidades metodológicas, Elizabeth Goldman ressalta que os resultados estão em sintonia. O declínio apontado pelo levantamento internacional reflete o cenário de queda no desmatamento dos principais biomas brasileiros entre agosto de 2024 e julho de 2025. A leitura positiva se estende para além da Amazônia. Biomas como a Caatinga também apresentaram retração na perda de cobertura verde, evidenciando uma proteção mais ampla das florestas secas do Nordeste. As informações são da Agência Brasil.

A diretora executiva da WRI Brasil, Mirela Sandrini, atribui a melhora a uma força-tarefa coordenada pelo governo federal, com participação ativa da academia, sociedade civil e setor privado. Ela destaca iniciativas estratégicas,

como a intensificação da produtividade em solos já degradados e a criação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), mecanismo voltado para a remuneração de serviços ambientais e incentivos fiscais à conservação.

O desempenho brasileiro foi o principal motor da melhora nos índices mundiais. Globalmente, a perda de florestas tropicais úmidas caiu 35% em 2025, totalizando 4,3 milhões de hectares. No ano anterior, o planeta havia sofrido um revés recorde com a destruição de 6,7 milhões de hectares. A participação do Brasil nesse cenário é central: o país detém 37% do total da perda global, seguido por Bolívia e pela República Democrática do Congo.

No entanto, o otimismo é temperado pela persistência dos incêndios florestais. Enquanto o desmatamento mecânico cedeu, a perda relacionada ao fogo permanece em patamares alarmantes, sendo a terceira maior da série histórica iniciada em 2001. A fumaça persistente, inclusive, gerou atrasos técnicos no monitoramento via satélite, o que pode

levar a revisões nos dados finais de 2025 devido à obstrução dos sensores.

Na Bolívia e em Madagascar, a situação é crítica quando analisada proporcionalmente ao tamanho de suas florestas, impulsionada principalmente pela expansão da fronteira agrícola para a produção de commodities e cultivos de subsistência. Apesar do recuo nas taxas brasileiras, o compromisso firmado por 140 países para reverter a perda florestal até 2030 ainda parece distante. Análise da WRI aponta que o ritmo atual de destruição está 70% acima do necessário para cumprir o acordo internacional.

Alcançar essa meta nos próximos anos não será fácil, disse Elizabeth Goldman, pois as florestas estão mais vulneráveis às mudanças climáticas e a demanda global por alimentos e combustíveis não para de crescer. Para o Brasil, o desafio agora é manter a curva de queda em meio a pressões econômicas e à instabilidade climática que favorece a propagação de incêndios, consolidando sua posição como peça-chave na segurança ambiental do planeta. **D**

Gasolina verde

Governo federal cede à pressão do agro e decide ampliar as misturas de etanol e biodiesel aos combustíveis fósseis para reduzir a dependência externa

Reflexo da alta de preços do petróleo no mercado internacional, o governo federal cedeu, enfim, ao pleito do agro para elevar misturas de etanol e biodiesel à gasolina e ao diesel fóssil. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou que a formalização da alta da mistura obrigatória de etanol anidro na gasolina, que passará dos atuais 30% para 32%. Durante um evento realizado há poucos dias no Palácio do Planalto, o chefe do Executivo sinalizou, ademais, que a medida será acompanhada por uma elevação na mescla de biodiesel ao diesel, elevando o percentual de 15% para 16%. A proposta referente ao etanol

já estava no radar do Ministério de Minas e Energia.

A decisão possui um peso estratégico para a balança comercial e a segurança energética do país. Estimativas do ministério evidenciam que a ampliação da fatia de etanol na gasolina tem o potencial de reduzir a necessidade de importação do combustível fóssil em cerca de 500 milhões de litros mensais. Esse volume seria, em tese, suficiente para zerar a dependência externa brasileira em relação à gasolina. No que tange ao biodiesel, o avanço para 16% reforça a trajetória de descarbonização da matriz de transportes, embora autorida-

des tenham ressaltado anteriormente a necessidade de monitoramento técnico contínuo para garantir a viabilidade mecânica nos motores.

Para responder a essa necessidade, pesquisadores do Instituto Tecnológico de Mauá darão início, já em maio, a uma série de testes para investigar a possibilidade de elevar a mistura de biodiesel para patamares ainda mais ambiciosos, chegando a 20%. O setor produtivo relacionado ao biodiesel, representado em parte pela associação Aprobio, a qual vinha pressionando o governo federal, recebeu o anúncio presidencial com entusiasmo. Para Jerônimo Goergen, pre-



Lula disse que mistura obrigatória do etanol anidro na gasolina sairá de 30% para 32%



Movimento que visa energia limpa envolve usinas de cana e indústrias de biodiesel

MAGNIFIC

sidente da entidade, a declaração ocorre em um momento crucial para o fortalecimento da indústria de biocombustíveis.

Por ora, o Brasil ainda importa cerca de 25% de todo o diesel consumido internamente, e o aumento da participação do biodiesel é defendido como ferramenta eficaz para reduzir a vulnerabilidade do país.

Pressões setoriais

Muitos segmentos têm feito pressão sobre o governo nesse terreno desde o início da guerra no Oriente Médio, ao final de fevereiro. Há cerca de duas semanas, as entidades do setor de distribuição de combustíveis manifestaram preocupação ao alertar que a ampliação da mistura de biodiesel ao diesel deve obedecer a uma rigidez técnica rigorosa. A leitura chegou ao mercado em nota conjunta. Associações setoriais, a exemplo de IBP, Abicom, Sindicom e Fecombustíveis, para citar algumas, destacaram que crises conjunturais ou a volatilidade do mercado internacional

– gerada pela guerra no Oriente Médio – não poderiam servir de pretexto para a simplificação de procedimentos técnicos ou o afrouxamento dos requisitos de qualidade do produto.

Na leitura desse setor da economia, o Brasil possui uma frota diversificada e o respeito ao consumidor e a eficiência logística dependem de especificações que não podem ser flexibilizadas por um fator conjuntural de mercado. Essa manifestação ocorreu após um aceno do governo federal de que aceleraria a elevação da mistura para cumprir as diretrizes da Lei do Combustível do Futuro. Mas o próprio Executivo já vinha deixando clara a necessidade de a parte técnica para o aumento da mistura ocorrer com supervisão de universidades e do setor automotivo.

Na esteira das pressões que ocorrem desde março, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), André Nassar, disse que a indústria tem estoque para atender à demanda por maior mistura de biodie-

sel ao diesel. O objetivo do agro é ver os testes feitos ainda neste ano, em cerca de cinco meses, disse. Nassar pontuou que, para o início das análises, seria necessário que as indústrias do segmento auxiliassem financeiramente o governo federal no estabelecimento de contratos com laboratórios privados, uma vez que o Executivo pode não dispor de todos os recursos necessários para o convênio.

Os testes em questão avaliam parâmetros críticos, como o desempenho dos motores, a estabilidade da mistura e os impactos logísticos, visando assegurar que o aumento do teor não comprometa a frota nem a qualidade final entregue ao cidadão. A implementação do novo percentual depende de deliberação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que deve avaliar a oferta do produto e os impactos sobre preços e segurança do abastecimento. A eventual elevação tende a impulsionar a demanda por biodiesel, gerando reflexos diretos nas cadeias produtivas da soja e de outras oleaginosas. **D**

Gargalos para armazenar e alta produção elevam preços até os portos



FABIO RODRIGUES-POZZOBOM/AGÊNCIA BRASIL

Estresse logístico

O nó do escoamento da safra até os portos nesta época do ano no Brasil é conhecido, mas em 2026 o custo do diesel eleva a pressão nas margens

O mercado de logística rodoviária no Brasil atravessa um dos momentos mais complexos e desafiadores da última década. O que deveria ser um período de acomodação natural de preços, com o encerramento da colheita da soja em diversas regiões, transformou-se em um cenário com alta permanente. O recente Boletim Logístico da Companhia Nacional de Abastecimento (Co-

nab) informa que o escoamento da safra 2025/26 não apenas mantém os fretes pressionados, como estabelece um novo e elevado patamar de custos para toda a cadeia produtiva devido ao impacto da guerra no Oriente Médio. O país se prepara para movimentar 356,3 milhões de toneladas de grãos, um recorde histórico que exige engenharia logística sem precedentes e expõe as fragilidades de

um setor que opera no limite de sua capacidade operacional e financeira.

A análise técnica da estatal revela que o quadro logístico brasileiro rompeu com a dependência exclusiva do pico da soja. Hoje, o país vive o fenômeno da sobreposição de safras e a urgência da gestão de estoque. Com uma projeção de 179,2 milhões de toneladas apenas para a oleaginosa, os armazéns pelo interior



*Há rotas em que o frete
está 10% mais caro que no
mesmo período de 2025*

ANTÔNIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

do país estão operando com capacidade máxima. Essa saturação cria um efeito dominó: é preciso escoar a soja remanescente com rapidez para abrir espaço para o milho de segunda safra, estimado em 109,1 milhões de toneladas. Em estados vitais como Mato Grosso, essa dinâmica mantém a demanda por transporte, impedindo qualquer refresco nas tabelas de fretes, especialmente com a proximidade do mês de junho, quando o transporte de milho ganhará escala.

Observando o detalhamento geográfico do raio-x das culturas, nota-se um comportamento heterogêneo, mas majoritariamente altista. Nas regiões onde a colheita foi precoce, como o médio-norte mato-grossense, houve um alívio apenas 'cosmético'. A rota Sorriso-Santos, por exemplo, viu o preço por tonelada recuar de R\$ 520 para R\$ 510 entre fevereiro e março. Contudo, o olhar atento aos dados anuais revela a gravidade: mesmo com essa queda mensal, o valor permanece 13% acima do praticado no mesmo período de 2025. Já no Vale do Araguaia, região de colheita tardia distribuída em estados do Centro-Oeste e Norte do país, o cenário é de escalada direta. Em Querência, em Mato Grosso, os fretes para portos estratégicos como São Luís, no Maranhão, e Barcarena, no Pará, saltaram entre 8% e 9,5% em ape-

nas trinta dias para patamares entre R\$ 460 e R\$ 520, refletindo a entrada maciça de carga em um momento de oferta ajustada de caminhões.

O grande catalisador dessa pressão, entretanto, transcende o volume de grãos e reside no tanque de combustível. A disparada nos preços do diesel, acentuada pela instabilidade geopolítica no Oriente Médio, tornou-se o principal fator de risco para a sustentabilidade do transporte. Em Goiás, o Diesel S10 atingiu picos de R\$ 7,89 por litro, uma alta superior a 25% em trinta dias. Diante do quadro, a Conab alerta para uma possível "inflexão de mercado": se os custos continuarem subindo sem um realinhamento tarifário proporcional, uma parcela significativa dos agentes — especialmente os motoristas autônomos — pode ser forçada a sair da atividade. A saída de caminhões da frota ativa geraria um efeito cascata negativo, reduzindo a oferta de transporte e elevando ainda mais o patamar geral de preços no longo prazo.

A situação em praças como Catalão e Cristalina, em Goiás, exemplifica esse risco de apagão logístico. Com 90% da colheita concluída, o volume de carga disponível supera largamente a oferta de caminhões. Os transportadores autônomos, mais vulneráveis que as grandes

empresas estruturadas, tornam-se seletivos, evitando rotas onde a rentabilidade é nula. No Distrito Federal, o cenário acompanha a tendência nacional de alta generalizada, com rotas para Paranaíba e Santos subindo até 12% em relação a fevereiro. O impacto chega com força ao Nordeste. Na Bahia, a redução de prestadores de serviço aliada ao custo do combustível elevou o frete de Luís Eduardo Magalhães para Salvador em 18%, atingindo R\$ 290 por tonelada.

No Maranhão, o início do escoamento da soja no sul do estado trouxe um fluxo intenso para o Porto do Itaqui, mas o reajuste do diesel impediu alívio em custos de transporte para o produtor agrícola. Ao contrário, algumas rotas maranhenses registraram saltos de 23,3%. Enquanto isso, no Mato Grosso do Sul, a pressão é mantida pela força das exportações, que ultrapassaram 1,2 milhão de toneladas em março, exigindo rotas de longa distância para os portos do Sudeste e Sul. Em suma, o Brasil logístico de 2026 é um organismo sob estresse contínuo. A eficiência do agronegócio, materializada em safras recordes, encontra seu maior obstáculo na porta das fazendas, onde o custo do quilômetro rodado e a incerteza sobre o preço do combustível ditam quem conseguirá levar o lucro até o porto. **D**



Proibição do método de criação de aves que geram o prato segue para sanção

Sem foie gras

Comissão da Câmara dos Deputados vedou a fabricação de produtos obtidos por meio de alimentação forçada de animais, e dá fim à iguaria francesa

Polêmica iguaria da culinária francesa, o foie gras deve ser banido do Brasil. É que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados deu um passo decisivo para isso, quando o colegiado aprovou o Projeto de Lei 90/20, de autoria do Senado, o qual veda a fabricação e

o comércio de produtos obtidos por meio da alimentação forçada de animais. Como a proposta tramitou em caráter conclusivo e não sofreu alterações nas comissões permanentes, o texto agora segue diretamente para a sanção presidencial, a menos que um recurso leve a discussão ao Plenário.

O foco da medida é o combate ao gavage, método que consiste na introdução de um tubo na garganta de patos ou gansos para forçar a hipertrofia do fígado. O relator da proposta, o deputado Fred Costa (PRD-MG), fundamentou seu parecer destacando os severos danos biológicos infligidos às aves. Segundo o parlamentar, a técnica de engorda forçada não apenas compromete a saúde dos animais antes do abate, mas eleva drasticamente os índices de letalidade nos criadouros. Estima-se que a taxa de mortalidade nesses sistemas possa ser até 25 vezes superior àquela observada em outros métodos de criação.

A iniciativa, proposta originalmente pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE), alinha o Brasil a um movimento

internacional de restrição ao foie gras, já consolidado em nações como Argentina, Austrália e Índia. Pelo texto aprovado, quem descumprir a futura norma estará sujeito às penalidades previstas na Lei de Crimes Ambientais para casos de maus-tratos a animais. As sanções incluem detenção de três meses a um ano, além de multa, estabelecendo um rigor punitivo que antes ficava restrito a interpretações judiciais isoladas.

Historicamente, o banimento da iguaria no Brasil foi marcado por insegurança jurídica e conflitos federativos. Em 2015, a prefeitura de São Paulo tentou proibir o consumo e a venda do produto, mas a lei municipal foi derrubada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Na época, o entendimento do Judiciário foi de que os municípios não tinham competência para legislar sobre o comércio de itens específicos, tarefa delegada exclusivamente à União. Com a provável sanção da lei federal, essa lacuna jurídica será sanada, unificando a proibição e encerrando uma disputa de quase uma década entre entidades de proteção animal e o setor gastronômico de luxo. **D**



*Fred Costa
foi o relator
na Câmara*

SAULO CRUZ/AGÊNCIA SENADO

Salvem os jumentos

Bruno Pavan

Salvador foi tomada por jumentos infláveis de três metros nesta semana. Tratou-se de uma mobilização pública em defesa da preservação dos asininos, e pela aprovação do Projeto de Lei (PL) 2387/2022, com o fim de proibir o abate de jumentos em território nacional. A manifestação, encabeçada pela organização não governamental The Donkey Sanctuary, instalou um jumento inflável de 3 metros de altura no Pelourinho e na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba). As movimentações coincidem com o IV Workshop Internacional sediado na capital baiana com foco no declínio drástico da espécie. Mas o que aconteceu com essa população de animais? Dados compilados por pesquisadores em 2025, com base em indicadores da Food and Agriculture

Organization (FAO) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que o Brasil perdeu 94% de sua população de jumentos entre 1996 e 2024. A retração é atribuída à demanda do mercado chinês pelo “ejiao”, substância produzida a partir do colágeno da pele do animal e utilizada em produtos de saúde sem comprovação científica. Estima-se que a demanda global alcance 6,8 milhões de peles até 2027.

Embora uma decisão da Justiça Federal tenha suspenso o abate em 13 de abril, entidades de proteção animal, como a The Donkey Sanctuary, defendem que a segurança jurídica só virá por meio de uma legislação federal. O PL 2387/2022 permanece sem votação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Além da questão ambiental, cientistas alertam para o perigo biológico. O descarte

inadequado de carcaças no Nordeste pode disseminar a bactéria *Burkholderia mallei*, causadora do mormo — uma zoonose letal para humanos.

Adroaldo Zanella, professor da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da USP, critica a opacidade do setor: “O Brasil não dispõe de dados públicos básicos sobre a atividade. É inaceitável para um país com alto padrão de rastreabilidade agropecuária”. Como alternativa econômica, pesquisadores da Universidade Federal do Paraná (UFPR) trabalham no desenvolvimento de colágeno via fermentação de precisão, utilizando microrganismos.

O método permitiria ao Brasil exportar a matéria-prima sem a necessidade de sacrifício animal, gerando receita e preservando a biodiversidade.

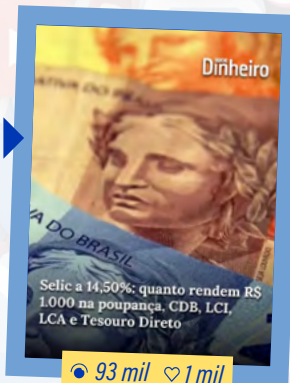
Investimentos, 'Top Companies' e foie gras

As alternativas de renda fixa depois de mais um corte na Selic, as empresas que investem em crescimento dos talentos e a proibição da iguaria francesa foram destaques nas redes

Stephanie Mecco

Selic a 14,50%: quanto rendem R\$ 1.000 na poupança, CDB, LCI, LCA e Tesouro direto

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) anunciou mais um corte de 0,25 ponto percentual na Selic, que agora vai a 14,5% ao ano. Com os juros ainda em patamares elevados, o cenário é positivo para quem quer investir em renda fixa, que vai entregar retornos altos. Após o desconto da inflação e do imposto de renda (IR) saltam na frente LCIs e LCAs, títulos isentos de tributos, e as debêntures incentivadas.



93 mil 1 mil

Itaú, Vale e Accenture lideram ranking de melhores empresas para crescer profissionalmente

O LinkedIn divulgou a 10ª edição do estudo Top Companies, com o ranking liderado pelo Itaú Unibanco, seguido da Vale e Accenture. O levantamento utiliza os dados da própria plataforma, compilados ao longo de 2025, e são excluídos do retrato as agências de recrutamento, instituições de ensino, órgãos públicos, além do próprio LinkedIn. As empresas classificam-se a partir de oito critérios, entre eles, potencial de avanço profissional, desenvolvimento de competências, estabilidade na empresa, oportunidades externas e diversidade.



87 mil 1,3 mil

Câmara aprova projeto que proíbe produção e venda de foie gras no Brasil

A Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 90/20, proveniente do Senado, que veda a fabricação e o comércio de produtos derivados da alimentação forçada de animais. A medida atinge diretamente o foie gras — o fígado gordo de pato ou ganso —, iguaria tradicional da culinária francesa obtida por meio de métodos considerados cruéis por entidades de proteção animal. O projeto foca no combate ao gavage, método que consiste na introdução de um tubo na garganta da ave para forçar a hipertrofia do fígado. O projeto caminha para sanção presidencial.



55 mil 816

Bianca Coimbra defende independência financeira feminina: É a liberdade da vida

A empresária e influenciadora do ramo de bebidas naturais, Bianca Coimbra, falou sobre a importância do empoderamento e da independência financeira feminina, e destacou desafios do papel da comunicação nas redes sociais. Ela abordou os temas durante conversa no programa IstoÉ Mulher + Fructus Entrevista.



39 mil 680

Amyi aposta na perfumaria de nicho e na valorização do mercado brasileiro

A Amyi surgiu com o propósito de desafiar a ideia de que perfumes de qualidade precisam ser importados, apostando na perfumaria de nicho e na liberdade criativa dos perfumistas brasileiros. Fundada por Larissa Mota, Luciana Guidi e Paula Penna em 2019, a marca opera como uma "beautytech" com modelo de vendas 100% digital e se prepara para o lançamento da 25ª fragrância.



11 mil 100

www.istoedinheiro.com.br

TikTok: tiktok.com/@revistaisto

Instagram: instagram.com/istoe_dinheiro/

LinkedIn: linkedin.com/company/istoe-dinheiro/

YouTube: myoutube.com/@istoe_dinheiro

X: x.com/istoe_dinheiro

Facebook: facebook.com/istoedinheiro

Palavra por palavra



"A confirmação desse cenário evidencia-se na proliferação de fraudes e ilícitos de vulto bilionário, com potencial desestabilizador de todo o sistema, como se verificou no caso do Banco Master"

Flávio Dino, ministro do STF, sobre um "quadro de atrofia institucional" vivido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

"Está todo mundo próximo do burnout"

Dario Durigan, ministro da Fazenda, ao defender o fim da escala 6x1



VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

FABIO RODRIGUES - POZZEBOMI/AGÊNCIA BRASIL



"Esperamos que a China apoie o estabelecimento de um novo marco regional do pós-guerra"

Abbas Araghchi, ministro das Relações Exteriores do Irã, sobre o conflito com os Estados Unidos após reunião em Pequim



"Se eles não concordarem, o bombardeio começará e será, infelizmente, em um nível e intensidade muito mais elevados do que antes"

Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, na quarta-feira, 6, em ameaça aos governantes do Irã, se declinassem o acordo proposto para terminar a guerra

"A China considera que é necessário alcançar, sem demora, um cessar completo dos combates, que é ainda mais inaceitável retomar as hostilidades, e que é essencial continuar negociando"

Wang Yi, ministro chinês das Relações Exteriores, em apelo pela reabertura do Estreito de Ormuz e fim da guerra no Oriente Médio



KENT NISHIMURA/AFP

MAXIM SHEMETOV/REUTERS

A IA Generativa vai roubar o seu emprego?



Bruno Imaizumi

é economista da
4intelligence

A inteligência artificial (IA) generativa é um tipo de tecnologia capaz de produzir conteúdo a partir de padrões aprendidos em grandes volumes de dados. Ferramentas como ChatGPT, Gemini e Claude não “pensam” como humanos, mas conseguem simular raciocínios e executar tarefas cognitivas com rapidez e custos muito baixos. O ponto mais importante é a escalabilidade: diferentemente de robôs físicos, que exigem investimento maciço de capital e adaptação de muitos processos, a IA generativa é acessada apenas com uma conexão à internet, o que amplia e acelera seu impacto sobre tarefas repetitivas de escritório, análise e produção de informação.

Um estudo de maio de 2025 da Organização Internacional do Trabalho propõe analisar os impactos da IA generativa no trabalho mundial em gradientes: das ocupações pouco expostas às que têm grande parte de tarefas e rotinas com alta chance de automação. Essa visão é mais útil do que previsões alarmistas, porque reconhece que empregos são compostos por múltiplas atividades, sendo algumas automatizáveis e outras não.

Em sequência, repliquei a metodologia para o mercado de trabalho brasileiro e os números chamaram a atenção: 31 milhões de trabalhadores estão em ocupações potencialmente afetadas, mas apenas 5,4 milhões no gradiente mais alto de exposição. Dentro desse grupo, 4 milhões de ocupados são escrivães gerais, funções administrativas típicas muitas vezes associadas a vínculos estáveis no setor público.

Isso muda completamente a interpretação. Em vez de uma onda imediata de desemprego, o mais provável é um aumento de eficiência nas funções administrativas, com reorganização de tarefas e possível realocação de trabalhadores para atividades de maior valor agregado. A IA generativa não elimina necessariamente o posto de trabalho, mas redefine o que significa trabalhar nele.

Alguns estudos nos Estados Unidos mostram que a IA generativa impacta sobretudo posições de entrada, como desenvolvedores e programadores júnior, redatores e analistas iniciantes. A evidência sugere que a IA gene-

rativa acaba encolhendo o espaço de entrada para jovens, tornando mais difícil a transição de estágios e primeiros empregos para carreiras mais estáveis.

Um trabalho mais recente do economista Daniel Duque, para o FGV IBRE, parte dessa mesma preocupação global, mas com foco no Brasil. Ele procura medir o impacto causal da IA generativa no mercado de trabalho, ou seja, o que realmente muda por causa da tecnologia, e não apenas por outros movimentos da economia. Com base em uma classificação de exposição por ocupação, o estudo mostra que a probabilidade de ocupação de jovens de 18 a 29 anos em funções mais expostas à IA cai em torno de 5%, enquanto a renda tende a recuar quase 7%. Já para grupos mais velhos, os efeitos ficam próximos de zero, sem mudanças significativas na empregabilidade ou na remuneração.

Os chamados “agentes de IA” têm tudo para ser o próximo passo lógico na evolução da inteligência artificial. Esses agentes são sistemas capazes de tomar decisões, planejar etapas, coordenar ações e interagir com outros sistemas por longos períodos sem supervisão constante. Assim que se tornarem escaláveis e confiáveis em grande escala, é provável que afetem uma fatia ainda maior de empregos, especialmente funções administrativas e de coordenação, mas longe de causar desemprego em massa.

Já a próxima grande promessa, a onda de robôs físicos avançados, humanoides e braços autônomos que circulam pela internet, ainda não entrou em fase de propagação econômica. O custo de produção de peças, sensores, motores e baterias de alta performance é extremamente elevado e a manutenção desses sistemas é complexa e cara. Enquanto isso, humanos continuam desempenhando uma infinidade de tarefas braçais, flexíveis e muitas delas de baixo custo, desde logística e construção até serviços de limpeza e atendimento. Em muitos setores, portanto, ainda compensa mais contratar pessoas do que substituir a força de trabalho por robôs físicos, o que freia a disseminação dessa onda, mesmo que a tecnologia avance rápido em laboratórios e em vídeos nas redes sociais. **D**

Paixão sobre rodas.



MOTOR SHOW

www.motorshow.com.br

